



**#MROSC**

MARCO REGULATÓRIO  
DAS ORGANIZAÇÕES  
DA SOCIEDADE CIVIL

***CATÁLOGO NACIONAL DE  
PESQUISAS SOBRE  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE  
CIVIL  
(2014)***

# Sistematização de pesquisas sobre as organizações da sociedade civil

Constituição de um catálogo nacional de pesquisas na área

## Sumário

RESUMO.....	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
Contexto geral e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.	3
2. DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1 Contexto de desenvolvimento do produto: relevância e objetivos .....	8
2.2 Metodologia adotada.....	9
2.3 Dados gerais sobre as publicações enviadas.....	11
2.4 MROSC.....	14
2.5 Catálogo de publicações sobre o MROSC.....	15
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
5. ÍNDICE DE IMAGENS E TABELAS.....	88

## RESUMO

O presente catálogo realiza, de forma inédita e inovadora, a sistematização do conjunto de pesquisas existentes no país sobre a relação Estado-Organizações da Sociedade Civil no âmbito do MROSC, após coleta de documentos por meio de solicitação via correio eletrônico para os principais pesquisadores da temática no país, constituindo um catálogo nacional de pesquisas na área. Com o objetivo de contribuir de maneira relevante para a agenda de conhecimento do marco regulatório, bem como com o propósito de auxiliar na elaboração e aperfeiçoamento da agenda normativa, esta publicação traz como resultados a catalogação de 58 artigos mapeados de 84 pesquisadores e organizações nacionais e internacionais, enviados por 16 pesquisadores de 13 núcleos de pesquisa.

Os artigos foram extraídos de um catálogo mais abrangente, com um total de 307 publicações sobre a relação Estado-Organizações da Sociedade Civil, que, no entanto, não focavam exclusivamente no MROSC. Os documentos do catálogo original totalizam 13.549 páginas, divididas em 33 gêneros e 77 métodos de pesquisa, envolvendo ao todo 300 pesquisadores nacionais e estrangeiros. Os documentos foram selecionados e enviados por 33 pesquisadores de 31 instituições e foram publicados em 198 revistas, periódicos, jornais, *journals*, congressos, livros, instituições de ensino, institutos de pesquisa etc., perfazendo 21 áreas de ciência política, direito e administração a psicologia e turismo.

Em relação aos documentos deste catálogo, como principais conclusões, nota-se uma concentração de pesquisas sobre o MROSC 1) a partir de 2011, com destaque para 2014, com mais de um quarto do total de publicações mapeadas; 2) nos campos da administração/gestão e do direito (73%); 3) com abrangência nacional (77% x 52% do catálogo geral), porém poucas em nível municipal e local. Em relação ao total do catálogo, há baixo índice de publicações nos eixos temáticos do MROSC (18%), ainda que a coleta tenha sido solicitada nesse sentido. Desse percentual, 16% têm como temática principal marcos regulatórios em geral, 48% tratam sobretudo de contratualização, em sentido amplo, 16% de sustentabilidade econômica das OSCs e 9% de certificação. Ressalta-se ainda a baixa proporção de pesquisas em rede (28%) e intersetoriais (13%), o que abre espaço para o estímulo e a inovação nesses campos em estudos futuros.

**Palavras-chave:** catálogo nacional de pesquisas, sistematização, marco regulatório, rede de pesquisa, organizações da sociedade civil

## 1. INTRODUÇÃO

### Contexto geral e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

A última década marcou a confluência de dois processos históricos no Brasil: de um lado, iniciou-se uma retomada da função planejadora do Estado com vistas ao desenvolvimento e, de outro lado, consolidou-se um processo, iniciado na década anterior, de incorporação de mecanismos e processos de participação social na produção de políticas públicas (PIRES, AMARAL E SANTOS, 2014).

Levantamento realizado por Aoqui, Vaz e Jayo (2014), acerca dos arranjos institucionais complexos envolvendo Estado-OSC, aponta os fatores que impulsionaram esse cenário:

AUTOR	CONTEXTO - RELAÇÃO ESTADO-OSC
Goldsmith e Eggers (2006)	> tendência atual e crescente de os governos atuarem de forma intersetorial/rede
Vaz e Lotta (2011; 2013)	> Constituição de 1988 - descentralização e participação social
	> crise internacional, transformações sociais, novas estratégias do capital internacional e "globalização" - crise fiscal e novas demandas de gestão pública
	> iniciativa privada adotada como paradigma - Estado recorre a fornecedores, concessionários e organizações do terceiro setor
Bresser-Pereira e Spink (1998)	> esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado no financiamento externo, problemas sociais crescentes, má distribuição de renda e incapacidade governamental de coordenar e implementar políticas públicas
Shiraishi (2005)	> crises do petróleo e recessão generalizada nos anos 1980 > governos forçados a reduzir, terceirizar ou privatizar atividades de assistência e serviço a entidades privadas
	> Estados começam a tecer redes de cooperação com a sociedade civil que buscam gerar contribuições sociais
Vaz (2006)	> três grandes forças: necessidade de otimização do uso de recursos públicos, demanda pela ampliação da oferta de serviços públicos e pressões por mais transparência e participação social
Lotta e Favareto (2013)	> arranjos institucionais cujo objetivo é construir políticas públicas mais efetivas com três componentes: 1) tentativa de articular temáticas intersetoriais, 2) construção de modelos de gestão de políticas públicas com coordenação entre os diversos entes federativos e a sociedade civil e 3) a busca de maior enraizamento nos contextos locais de implementação das políticas em questão
Aoqui, Sugita e Añón (2013)	> movimento de mão dupla: organizações buscam mais recentemente novas alternativas de fonte de recursos e sofisticam sua atuação

Tabela 1: contexto do fortalecimento das relações Estado-OSC (adaptada de Aoqui, Vaz e Jayo, 2014).

Nesse processo, as OSCs têm assumido diferentes papéis: sua presença pode ser observada tanto na etapa de formulação da política quanto na sua execução, por meio da celebração de ajustes com o Poder Público (convênios, termos de parceria e contratos de repasse), além do monitoramento e avaliação, no exercício do controle social.

No caso brasileiro, nos últimos anos, o governo federal tem experimentado diversos arranjos institucionais que visam construir políticas públicas mais efetivas em um contexto territorial como o brasileiro, marcado pela diversidade e complexidade estrutural. Em alguns desses arranjos observa-se a presença de três componentes: a tentativa de articular temáticas intersetoriais, a construção de modelos de gestão de políticas públicas com coordenação entre os diversos entes federativos e a sociedade civil e a busca de maior enraizamento nos contextos locais de implementação das políticas em questão (LOTTA; FAVARETO, 2013).

É dentro desse macrocontexto socioeconômico e político internacional e nacional que, em 2010, um grupo de organizações, movimentos e redes se articulou em uma Plataforma para um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, que apontou necessidade de aprimoramentos nos atos legais e institucionais vigentes.

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) é uma agenda política ampla que tem o objetivo de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado.

Ao longo de 2012, a Secretaria-Geral da Presidência da República coordenou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) instituído pelo Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, com a finalidade de avaliar, rever e propor aperfeiçoamentos na legislação federal relativa à execução de transferências de recursos da União mediante convênios, contratos de

repassa, termos de parceria ou instrumentos congêneres para organizações da sociedade civil.

Do lado do Estado, o GTI contou com a participação de:

- Advocacia Geral da União;
- Casa Civil;
- Controladoria Geral da União;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério da Justiça;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em relação à sociedade civil organizada, houve a participação de 14 organizações nacionais representantes de um conjunto de redes e organizações:

- Associação Brasileira de ONGs - ABONG;
- Cáritas Brasileira;
- Confederação Brasileira de Fundações - CEBRAF;
- Conselho Latino-Americano de Igrejas - Região Brasil;
- Federação Nacional das APAES - FENAPAES;
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS;
- Fundação Grupo Esquel Brasil;

- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE;
- Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC;
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Movimento dos Sem Terra – MST;
- Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB;
- Rede Evangélica Nacional de Ação Social - RENAS;
- União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFs/Pastorais Sociais.

No final de 2011, foi realizado um Seminário Internacional sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que possibilitou a elaboração de propostas concretas para o Plano de Ação do GTI.

O relatório final do Grupo de Trabalho apresentou propostas de mudança na legislação referente às parcerias, apontou a necessidade de disseminar conhecimentos sobre o universo das organizações, ampliar a oferta de capacitação a gestores e entidades e uniformizar entendimentos.

As dificuldades apresentadas evidenciaram, além da necessidade de aperfeiçoamento do ambiente institucional e jurídico relacionado às organizações, a necessidade do aperfeiçoamento das ferramentas disponíveis tanto para a gestão dessas parcerias quanto para a interação entre governo e sociedade civil organizada a partir de transformações de natureza normativa, de geração de conhecimento, de ampliação do acesso a recursos, de capacitação e realização de disputas simbólicas para o resgate da credibilidade das organizações junto à sociedade. Para esse aperfeiçoamento, é preciso atuar em seis grandes eixos temáticos que hoje conformam as agendas *normativa* e de *conhecimento* do marco regulatório das organizações da sociedade civil.

Na agenda normativa, os eixos são:

- *contratualização*, onde estão inseridas as relações de parceria com o Estado;
- a *sustentabilidade* econômica das organizações;
- *certificação* referente aos títulos e certificações outorgados às organizações pelo Estado.

Na agenda de conhecimento, os eixos são:

- *pesquisa*, com a produção, sistematização e análise de dados e informações;
- *capacitação*, com a formação de gestores públicos e privados e demais interessados;
- *comunicação e eventos* para a divulgação, promoção de debates e trocas de experiências sobre a agenda.

Ao final, consolidou-se uma minuta de projeto de lei que subsidiou o Legislativo sobre o tema, o PL 7168/14, que regula as relações entre as Organizações da Sociedade Civil (OCSs) e as várias instâncias do poder público. O processo de construção da agenda passou por um avanço significativo em 2014 com a aprovação da Lei n. 13.019/2014, que estabeleceu um novo regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, por meio dos termos de fomento e de colaboração. Sancionada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em 31 de julho, a nova norma previu o prazo 90 dias para entrar em vigor, tendo esse prazo sido prorrogado para o dia 27 de julho de 2015<sup>1</sup>. Assim como se deu em todas as fases de construção, aprovação e sanção presidencial da referida Lei, o processo de regulamentação também buscou garantir a participação da sociedade.

<sup>1</sup> Em 30 de outubro de 2014 foi publicada a [Medida Provisória nº 658, de 29 de outubro de 2014](#), prorrogando o prazo de entrada em vigor da Lei n. 13.019/2014



## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Contexto de desenvolvimento do produto: relevância e objetivos

Esta publicação é a primeira tentativa de se catalogar a produção acadêmica recente acerca da relação Estado-OSC, no âmbito do MROSC. Ele é o desdobramento de uma série de esforços iniciados em março de 2014, com (1) o mapeamento prévio de pesquisadores nessa temática no país, (2) a realização de um encontro no II Seminário Internacional do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, em maio, em Brasília, (3) a sistematização das instituições e respectivas linhas de pesquisa científica, além do (4) mapeamento de referências bibliográficas relevantes nesse contexto. Por fim, culminará com uma proposta de criação de uma Rede de Pesquisadores do MROSC.

De 2003 a 2011, o governo federal despendeu quase R\$ 190 bilhões em convênios com outros níveis de governo e com entidades sem fins lucrativos (ESFLs), segundo Lopez e Barone (2013). Esses recursos estão distribuídos entre diferentes órgãos do governo federal e compõem objetivos de política pública variados. Apesar do grande volume de recursos despendido com convênios, explicitam os pesquisadores, “as análises sistemáticas sobre estes são escassas, sobretudo em relação aos convênios entre Estado e ESFLs”.

Nos níveis estadual e municipal, praticamente inexistem pesquisas, estudos e estatísticas a respeito –em um contexto com 290,7 mil organizações da sociedade civil (OSCs) existentes no país em 2010, de acordo com a última pesquisa Fasfil – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (IBGE, 2012).

Além disso, diversos pesquisadores vêm apontando a necessidade de se aprofundarem os estudos acerca das redes de governo (GOLDSMITH; EGGERS, 2006) e das relações interorganizacionais (O'TOOLE JR., 2010),

em nível internacional, e dos arranjos institucionais (PIRES; GOMIDE, 2013; VAZ; LOTTA, 2013), no contexto brasileiro.

Diante desse cenário, torna-se clara a relevância deste produto, que vem complementar outros dois documentos técnicos, ao ampliar o conhecimento acerca dessas questões, contribuindo para a agenda do MROSC, cujo objetivo é aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às OSCs e suas relações com o Estado.

O presente trabalho situa-se dentro de uma consultoria ampla que tem como objetivo primordial realizar um levantamento e mapeamento das instituições e redes de pesquisa, bem como a sistematização e a análise das pesquisas existentes ligadas a temas das organizações da sociedade civil, de forma a contribuir de forma relevante para a agenda de conhecimento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Outro propósito é o de auxiliar no aperfeiçoamento da agenda normativa acima descrita.

## **2.2 Metodologia adotada**

A metodologia adotada nesta publicação está intrinsecamente relacionada aos produtos elaborados anteriormente no contexto desta consultoria.

O primeiro deles realizou, de forma inédita e inovadora, o mapeamento das instituições, redes de pesquisa e observatórios, bem como suas respectivas agendas e pesquisas realizadas em relação a temas ligados a parcerias, sustentabilidade e certificação de organizações da sociedade civil. Esse documento trouxe como resultados o levantamento e o mapeamento de 70 grupos de pesquisa ativos e ligados a temas das organizações da sociedade civil, com um breve resumo sobre mais de 240 linhas de pesquisa, palavras-chave, contatos e uma lista de mais de 700 publicações científicas relevantes nessa temática, constituindo-se como possivelmente o maior levantamento do gênero nessa temática já realizado no país, abrangendo todas as regiões brasileiras e ainda países

como a Argentina, o Chile, os EUA e o México. Para tanto, foram ouvidos pesquisadores, líderes de OSCs, observatórios independentes e departamentos de governo que, por meio de uma consulta direta com a técnica “bola de neve” (*snowball*), um encontro presencial realizado em maio de 2014 no âmbito do II Seminário Internacional do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e, por fim, uma pesquisa secundária complementar, indicaram os mais importantes grupos de pesquisa do país.

Já o segundo produto relatou as contribuições realizadas por meio do encontro “Pensando as Organizações da Sociedade Civil: a Formação de uma Rede de Pesquisa”, em que se registraram informações advindas das cinco regiões do país, de 80 pesquisadores, representando mais de uma centena de instituições. Os participantes fazem parte de um grupo crescente de acadêmicos indicados, perfazendo uma base de contatos com 157 pesquisadores atualmente.

A partir dessa lista de pesquisadores, enviou-se uma consulta individual personalizada por correio eletrônico em que se solicitava o envio dos artigos/publicações que cada um considerasse mais relevante de sua autoria ou de outros pesquisadores, seguindo com a técnica de indicação por *snowball* (bola de neve).

Explicou-se que, com esses artigos, visava-se compor um catálogo nacional que a ser futuramente publicizado – porém, deixou-se claro que os trabalhos enviados não seriam expostos sem consentimento prévio. O envio foi realizado em link, PDF ou Word e a quantidade foi definida pelo próprio pesquisador, segundo o que quisesse que constasse do catálogo.

A partir da lista de mais de 700 publicações mapeadas no Produto 1, selecionaram-se todas as referentes a cada autor em questão, que foram enviadas na mesma mensagem, no intuito de haver um *baseline* mínimo para envio dos artigos. Estimulou-se, entretanto, a seleção de outras publicações referentes às “organizações da sociedade civil no país

(notadamente as relacionadas aos eixos do Marco Regulatório das OSCs)”, seja do próprio autor, seja de colegas que considerassem indicar.

Dos originalmente 157 pesquisadores consultados a partir de lista de e-mails estruturada ao longo do desenvolvimento desta consultoria, 33 responderam à solicitação de publicações.

É relevante ressaltar que ofereceram-se apenas diretrizes gerais acerca da temática a ser selecionada, uma vez que a seleção realizada pelos autores se constituiria em importante fonte para revelar seu entendimento e compreensão acerca dos eixos do MROSC.

Por fim, a sistematização respeitou tal seleção e foi realizada individualmente para todas as publicações enviadas, tendo como base a análise de itens como título, resumos (*abstracts*), palavras-chave, local e ano de publicação, autores, entre outros aspectos.

A partir dessa análise, realizou-se a sistematização das 307 publicações enviadas pelos pesquisadores, numa tabela em Excel. **No âmbito deste catálogo, serão apresentados no item 2.5 somente as 58 publicações diretamente relacionados ao MROSC.** Vale ressaltar que a inclusão de pesquisadores na lista de contatos é dinâmica e orgânica, assim, após o fechamento deste produto, novos nomes foram inseridos, os quais não constam da análise geral em razão da inviabilidade de se refazer todos os cálculos, porém, quando cabível, entraram para a análise específica referente ao MROSC.

### **2.3 Dados gerais sobre as publicações enviadas**

Os 33 pesquisadores representam 31 instituições, em grande parte universidades públicas (58%), com certa concentração na região Sudeste (55%).

As 307 publicações totalizam 13.549 páginas (média de 47 por publicação) e foram consolidadas em 33 gêneros de texto, dos quais a maioria (58%)

refere-se a artigos acadêmicos, seguidos de relatórios técnicos (10%) e capítulos de livros (5%). Vale destacar que foi realizada uma livre categorização, sem fins científicos, baseando-se na autodeclaração dos pesquisadores sempre que existente. Assim, outras classificações seriam possíveis dentro de cada paradigma epistemológico adotado.

Quanto aos métodos utilizados nas pesquisas, identificaram-se 77 tipos, ainda que estejam listados em suas formas macro (exemplo: abordagem qualitativa), meso (exemplo: estudo de caso) e/ou micro (exemplo: observação participante). Assim, tal classificação tem como objetivo apenas servir de referencial geral sobre os métodos aplicados nos estudos sobre as organizações da sociedade civil e sua relação com o Estado no Brasil. Entre os formatos mais utilizados destacam-se a análise de literatura e conceitual, o estudo de caso e o *survey*.

Outro levantamento realizado referiu-se ao ano em que o estudo foi publicado. Nota-se que grande parte das pesquisas compartilhadas é relativamente recente, sendo que 54% foram publicadas nos últimos quatro anos. Ainda que sem valor estatístico, verifica-se uma aparente tendência de crescimento das publicações nos últimos anos, que poderia ser objeto de investigação em consultorias futuras.

No total, foram catalogados 198 locais de publicação, entre revistas, periódicos, jornais, journals, congressos, livros, instituições de ensino e institutos de pesquisa. Não houve concentração relevante em nenhum periódico em especial, com destaque apenas para publicações do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e do EnAnpad (principal congresso de administração do país). Esse levantamento pode ser relevante para se conhecer as principais fontes de publicação sobre temas relacionados ao MROSC.

As publicações enviadas pelos pesquisadores foram classificadas em suas respectivas áreas de estudo, havendo concentração em ciência política e social e administração (incluindo pública). No entanto, identificaram-se 21 áreas primordiais de estudo no total das pesquisas, tais como direito,

economia, ambiente e cultura, o que denota ampla abrangência dentro do campo das ciências humanas. Há poucas tentativas de estudos multissetoriais.

Na sistematização dos estudos enviados, procurou-se analisar os temas prioritários, secundários e terciários de pesquisa, a fim de se melhor compreender questões de pesquisa e assuntos contemplados e lacunas existentes. Cabe apontar que foi realizada uma livre categorização de temas segundo a percepção do consultor, sobretudo quando o autor não definiu palavras-chave. Em relação aos temas principais, foram identificados 155 assuntos, o que mostra ampla pulverização dos temas de interesse. Destacam-se os temas “sociedade civil” e “participação”, únicos a alcançar mais de 20 estudos cada um.

Os principais temas podem ser conferidos na nuvem de palavras a seguir:

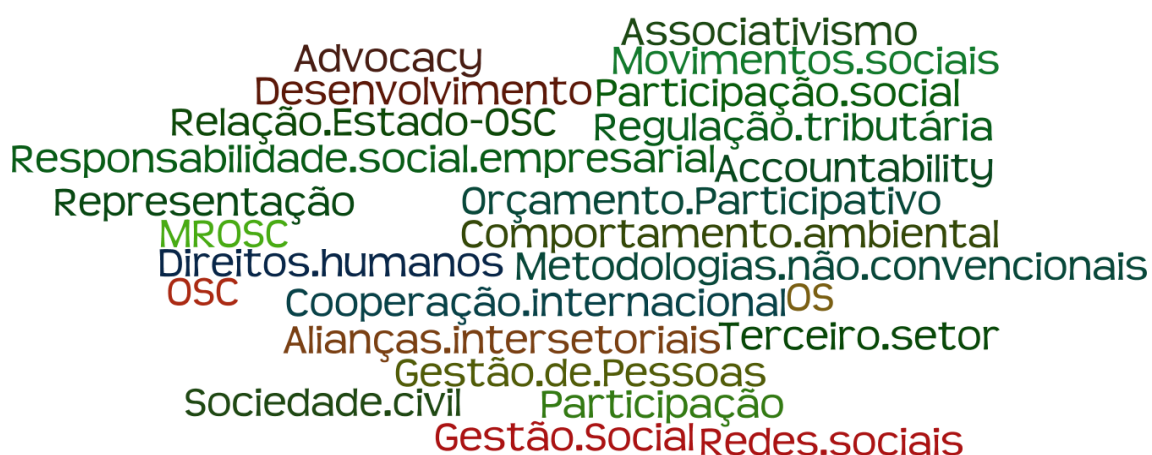


Figura 1: temas prioritários

Em relação à abrangência e origem da pesquisa, os 307 estudos catalogados referem-se a 44 localizações nacionais e internacionais. Nota-se dominância de estudos com abrangência de pesquisa nacional (52%) e poucos exemplos municipais ou locais/comunitários.

O catálogo geral abrange 300 pesquisadores brasileiros e estrangeiros que figuram no rol dos mais reconhecidos e citados no Brasil. Em média, cada artigo ou publicação tem 2,5 autores, marcando a preferência pela pesquisa conjunta. Ainda que a lista não seja exaustiva, pode-se concluir que os autores mapeados são os principais estudiosos em temas

diretamente relacionados ao MROSC –e em temas transversais ou tangentes a ele.

## **2.4 MROSC**

Conforme anteriormente explicitado, ofereceram-se aos pesquisadores consultados apenas diretrizes gerais acerca da temática a ser selecionada, uma vez que a seleção realizada pelos autores se constituiria em importante fonte para revelar seu entendimento e compreensão acerca dos eixos do MROSC.

A sistematização das 307 publicações enviadas mostra que a maioria (80%) não se refere diretamente aos eixos temáticos do MROSC –entre as possíveis razões estão:

- 1) Desconhecimento dos eixos do MROSC;
- 2) Carência de estudos dentro desses eixos temáticos;
- 3) Confusão com temas mais amplos, como participação social e relação Estado-OSC;
- 4) Desatenção à solicitação do consultor.

Dos 18% que apresentam alguma relação ao MROSC, 48% equivalem à contratualização, 25% a marcos regulatórios em geral, 16% a sustentabilidade econômica das OSCs e 9% a certificações. É importante ressaltar, contudo, que essa categorização não é exata, uma vez que os eixos temáticos se sobrepõem na maioria das vezes –e isso acontece em praticamente todos os estudos analisados.

Os 58 artigos mapeados que tangenciam mais diretamente os eixos do MROSC foram enviados por 16 pesquisadores, compondo um total de 84 autores e organizações, vinculados principalmente a 12 núcleos de pesquisa.

As publicações relacionadas ao MROSC dividem-se em 13 gêneros, a maioria dos quais artigos acadêmicos, seguidos de artigos para imprensa e relatórios técnicos. Devido ao fato de que o MROSC se trata de um

fenômeno relativamente recente no cenário acadêmico brasileiro, todas as publicações são posteriores a 2000, sendo que metade foi publicada após 2011. O ano de 2014 foi disparado o que mais contou com publicações (15), consequência direta do trabalho realizado no âmbito da Secretaria-Geral.

Em relação às áreas de publicação, há predominância dos campos da administração/gestão e do direito, que respondem por 73% do total recebido. Existe um bom potencial de publicações no campo das ciências sociais, que, no total do catálogo, equivalem à maioria dos artigos enviados.

A maioria absoluta das pesquisas (77%) apresenta abrangência nacional, quase inexistindo pesquisas locais e municipais.

Por fim, o presente estudo buscou verificar a quantas anda a pesquisa nacional em relação ao trabalho intersetorial (envolvendo mais de um setor, entre academia, governo, OSCs e empresas privadas) e em rede. O pressuposto de que ainda há poucos estudos intersetoriais foi comprovado: 84% das 307 publicações foram realizadas apenas em um setor.

Cenário relativamente similar é verificado em relação à pesquisa em rede, ou seja, compreendendo mais de uma instituição de ensino e pesquisa: há ligeira maior aceitação de estudos desse tipo: 28% das publicações envolveram mais de um centro de pesquisa.

No item 2.5 a seguir, apresentamos um resumo da sistematização dos artigos referentes ao MROSC.

## 2.5 Catálogo de publicações sobre o MROSC

### ÁREAS: CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIA POLÍTICA

<b>Chave</b>	<b>1</b>
<b>Título original</b>	State-Civil Society Partnership: issues for debate and new researches
<b>Título traduzido</b>	Parceria entre o Estado e a Sociedade Civil: pontos para o debate e novas pesquisas



<b>Autor(es)</b>	Anna Vasconcellos e Mario Vasconcellos
<b>Instituição</b>	Unama e UFPA
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local
<b>Local de publicação</b>	Revista OES - UFBA
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	<p>Neste artigo analisamos a literatura de parceria entre o estado e a sociedade civil, em particular sobre a parceria entre as organizações públicas e as organizações sem fins lucrativos. Discutimos as diferentes perspectivas do conceito de parceria e objetivamos destacar algumas das principais preocupações teóricas sobre este conceito no contexto da governança. Buscamos mostrar que, em geral, o contexto histórico da parceria não tem sido incluído entre os fatores usados para explicar o seu uso no contexto da governança. Apontamos que, a despeito das análises sobre parceria que indicam que esta traz benefícios sociais, ainda existem lacunas no conhecimento que evidenciem que esta “tecnologia social” contribui efetivamente para empoderar as pessoas e os grupos sociais com menor poder de influência. A maior parte da literatura sugere que a parceria objetiva fortalecer a relação entre a população e o governo local e melhorar as possibilidades das pessoas e dos grupos sociais com menor poder de influência em participar na governança local. Entretanto, não encontramos na literatura sobre parceria evidências substantivas de que ela se direciona para modificar a estrutura de poder político. Finalmente, mostramos que não está</p>

	claro se a interação entre as “pessoas comuns” e o estado, por via de um processo participativo, tem contribuído efetivamente para construir coesão social para diferentes grupos sociais. A principal contribuição do artigo é expandir o conhecimento dos fatores que influenciam (de forma positiva e negativa) o processo de parceria entre o estado e a sociedade civil para o desenvolvimento local.
<b>Palavras-chave</b>	Parceria, parceria Estado-Sociedade civil, governança, empoderamento, capital social.
<b>Link</b>	<a href="http://www2.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=1061&amp;layout=abstract&amp;OJSSID=773cf1972ffb992a3fafc74329ccff3c">http://www2.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=1061&amp;layout=abstract&amp;OJSSID=773cf1972ffb992a3fafc74329ccff3c</a>

<b>Chave</b>	<b>2</b>
<b>Título original</b>	Local organisations capacity and its influence on partnership with local government for rural development in Brazilian Amazonia
<b>Título traduzido</b>	Capacidade das organizações locais e sua influência em parcerias com governos locais para o desenvolvimento rural na Amazônia brasileira
<b>Autor(es)</b>	Anna Vasconcellos e Mario Vasconcellos
<b>Instituição</b>	Unama e UFPA
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local
<b>Local de publicação</b>	Revista AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
<b>Ano de publicação</b>	2012
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O documento visa aprofundar a compreensão da capacidade de Organizações Locais (OL) para trabalhar em parceria. Em particular, o artigo analisa a natureza, função e estrutura da OL para ser eficaz no trabalho em parceria com agências governamentais locais (AGL) na implementação de programas de desenvolvimento local, a nível municipal na Amazônia brasileira. Através de uma

	<p>análise qualitativa e descritiva, o documento reconstitui os fatores que influenciaram a criação da OL; classifica a OL, pela sua natureza, nível de ação, identidade e realizações; e aponta as características da OL que facilitaram e/ou dificultaram o relacionamentos com AGL. Os dados do trabalho provêm d OL dos municípios de Igarapé-Miri, Ourém e Mojú localizados no nordeste do estado do Pará, na região da Amazônia brasileira. O trabalho mostra que OLs heterogêneas e multifuncionais, tais como a Associação de Base Comunitária para o Desenvolvimento (ABCD) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais têm uma capacidade de organização muito maior do que as organizações locais simples ou de dupla função para a realização de um processo de parceria e de responder, em pequena escala, aos interesses dos produtores rurais de base familiar. Elas têm sido dominadas pelos mais abastados e aqueles com os membros mais treinados, embora os grupos mais pobres e menos capazes não foram excluídos. Um dos poderes mais significativos das organizações multifuncionais (particularmente o ABCDs e Sindicatos de Trabalhadores Rurais) é a combinação de fortes laços intragrupo com redes extragrupo poderosas em diferentes níveis - um importante componente do capital social. Os casos de Igarapé-Miri, Ourém e Moju ilustram o impacto que a multifuncional organizações locais, como a CBDA e Sindicatos de Trabalhadores Rurais têm sobre o desenvolvimento local e governança. Sem uma capacidade política para compreender o seu próprio papel e do papel do Estado no processo de desenvolvimento, a participação de OLs de dupla ou única função no processo de desenvolvimento local pode reforçar ou simplesmente confirmar o poder do Estado.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Organizações locais, parcerias, desenvolvimento rural
<b>Link</b>	<a href="http://www.spell.org.br/documentos/download/15428">www.spell.org.br/documentos/download/15428</a>

<b>Chave</b>	<b>3</b>
--------------	----------

<b>Título original</b>	Social movement, public policy changes and partnerships building for local development
<b>Título traduzido</b>	Movimento social, mudanças na política pública e construção de parcerias para o desenvolvimento social
<b>Autor(es)</b>	Anna Vasconcellos e Mario Vasconcellos
<b>Instituição</b>	Unama e UFPA
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local
<b>Local de publicação</b>	Revista Interações
<b>Ano de publicação</b>	2012
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O artigo discute a influência do movimento social rural sobre as mudanças na política de apoio ao pequeno produtor rural e para a criação de parcerias entre o Governo e as Organizações Locais para o desenvolvimento local na Amazônia, em particular no estado do Pará. O objetivo do artigo é examinar a parceria como um resultado de um processo interativo entre as mudanças nas políticas públicas e as demandas dos movimentos sociais. O artigo mostra que embora os movimentos sociais façam parte de uma relação conflituosa entre o Estado e a sociedade civil, tais movimentos no estado do Pará foram uma pré-condição para mudanças na política pública, estrutura de financiamento e prioridades das agências regionais que resultaram em proposições para cooperação entre o Governo e as Organizações Locais em nível municipal.
<b>Palavras-chave</b>	Movimento social, parceria, desenvolvimento local
<b>Link</b>	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122012000200011&amp;script=sci_arttext">http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122012000200011&amp;script=sci_arttext</a>

<b>Chave</b>	<b>17</b>
<b>Título original</b>	Dilemas, armadilhas e possibilidades do Terceiro Setor nas Políticas Públicas
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	Revista Legislativo
<b>Ano de publicação</b>	2001
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Pensar os dilemas, armadilhas e possibilidades do Terceiro Setor na construção de Políticas Públicas não implica em descartar ou desqualificar o papel dos movimentos sociais organizados na modernização das políticas sociais brasileiras. Ao contrário, penetrar em seus mitos e dilemas significa descortinar novas perspectivas de reordenamento das relações Estado - sociedade civil, tendo como norte a complexidade dos processos de transformação social. Nesse cenário, cabe pesquisar a configuração que a modernização do Terceiro Setor adquire diante da incorporação da participação popular, do controle social sobre a gestão estatal e da descentralização das políticas públicas. Tanto as pesquisas macro sociais e econômicas sobre a esfera pública não-estatal, que já começam a se multiplicar no cenário brasileiro, quanto os estudos de caso sobre projetos específicos ajudarão a clarificar melhor os impactos do voluntariado, dos projetos sociais de empresa e das ONGs sobre o avanço da cidadania e da justiça social.
<b>Palavras-chave</b>	Terceiro setor, políticas públicas, gestão social
<b>Link</b>	<a href="http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/1318">http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/1318</a>

<b>Chave</b>	<b>19</b>
<b>Título original</b>	Propostas de melhorias - Prestação de Contas Organizações da Sociedade Civil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Cristiane Motta de Almeida
<b>Instituição</b>	Improve-Up
<b>Núcleo de pesquisa</b>	n/d
<b>Local de publicação</b>	n/d
<b>Ano de publicação</b>	n/d
<b>Gênero</b>	Apresentação PPT
<b>Resumo</b>	<p>O objetivo desse trabalho é colaborar com ideias e sugestões de melhorias nas prestações de contas das Organizações da Sociedade Civil – OSC no âmbito do governo federal.</p> <p>Tendo em vista o tema “Prestação de Contas” inerentes às OSCs ser bastante abrangente, dividimos nossos estudos em 2 grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Propostas de Melhorias Globais; e,</li> <li>•Propostas de Melhorias Específicas.</li> </ul> <p>As Propostas de Melhorias Globais estão relacionadas às prestações de contas de convênios e contratos de repasses federais e registros, títulos e qualificações perante o Poder Público tais como OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, UPF-Declaração de Utilidade Pública Federal, OS- Organização Social, CEBAS-Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social). Já as Propostas de Melhorias Específicas estão relacionadas às legislações de incentivos fiscais, onde estaremos propondo melhorias a nível de Relatório ou Anexo dessas prestações de contas. Limitamos os estudos</p>

	nas seguintes leis : Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) e Lei de Incentivo ao Audiovisual - ANCINE (Lei nº 8.685/93).
<b>Palavras-chave</b>	Organizações da sociedade civil, governo federal, prestação de contas
<b>Link</b>	n/d

<b>Chave</b>	<b>44</b>
<b>Título original</b>	Introdução à Mobilização de Recursos para Sustentabilidade Institucional
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Miriam Ferrari
<b>Instituição</b>	Neats PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	n/d
<b>Ano de publicação</b>	n/d
<b>Gênero</b>	Apostila
<b>Resumo</b>	O sucesso na atividade de mobilizar recursos depende de como a Organização da Sociedade Civil está estruturada em seu processo de gestão. Para que estratégias de captação de recursos tenham bons resultados é necessário que a Organização aprimore cada vez mais seu modelo de gerenciamento integrando o Planejamento Estratégico as ferramentas que podem ser utilizadas para sua sobrevivência e expansão. Um plano de captação de recursos não é tarefa fácil e é preciso identificar os doadores potenciais para cada projeto em específico. Essa apostila buscará auxiliar o leitor a executar um plano bem sucedido de captação de recursos a partir de diferentes fontes de financiamento bem como adquirir conteúdos sobre a formação de uma carteira de sócios contribuintes e

	<p>uma estruturação eficaz para se manter os doadores. Essa estruturação da captação de recursos para a sustentabilidade institucional, precisa levar em conta as mudanças que ocorrem na legislação de fomento, como criação da Lei 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil. Levando-se em conta que o Governo é um dos maiores financiadores em projetos ligados a Assistência Social Básica e Especial, é de fundamental importância que o gestor conheça a citada lei para que saiba como serão desenvolvidas as parcerias e fomentos com o Setor Público.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Mobilização de recursos, sustentabilidade institucional, organizações da sociedade civil
<b>Link</b>	n/d

<b>Chave</b>	<b>45</b>
<b>Título original</b>	Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	<p>André Degenszajn, Adriana Wilner, Anna Maria Medeiros Peliano,</p> <p>Carlos R. S. Milani, Catarina Ianni Segato, Candace (“Cindy”) M.A. Lessa, Domingos Armani, Eduardo Pannunzio, Fernando do A. Nogueira, Graciela Hopstein, Jorge Eduardo Saavedra Durão,</p> <p>Kees Biekart, Ladislau Dowbor, Luiza Reis Teixeira, Mario Aquino Alves, Monika Dowbor, Patricia M. E. Mendonça, Paula Chies Schommer, Rui Mesquita Cor</p>
<b>Instituição</b>	Cebrap
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa Democracia e Ação Coletiva
<b>Local de publicação</b>	Editora FGV
<b>Ano de</b>	2013



<b>publicação</b>	
<b>Gênero</b>	Livro
<b>Resumo</b>	Este livro resulta de pesquisa coordenada pelo CEAPG/FGV, realizada em colaboração com a Articulação D3 - Diálogo, Direito e Democracia. Conta ainda com as re"exões de um seminário em que foram discutidos os resultados da pesquisa, contribuindo substancialmente para o debate sobre a sustentabilidade política e !nanceira das OSCs (Organizações da Sociedade Civil) de defesa de direitos no Brasil. A relevância política da escolha desse foco está respaldada, nesta publicação, pela solidez da sua contribuição ao conhecimento do panorama de apoio à sociedade civil desse campo, no Brasil do início da década de 2010.
<b>Palavras-chave</b>	OSCs, arquitetura institucional
<b>Link</b>	<a href="http://ceapg.fgv.br/node/86574">http://ceapg.fgv.br/node/86574</a>

#### ÁREAS: CULTURA, MULTISSETORIAL E GERAL

<b>Chave</b>	<b>4</b>
<b>Título original</b>	Descentralização e articulação enquanto estratégia de expansão de políticas públicas: estudo de caso do Programa Cultura Viva
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Anny Karine de Medeiros e Luciana Piazzon Barbosa
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Estudos em Administração Pública e Governo CEAPG-FGV
<b>Local de publicação</b>	IPEA
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	As informações apresentadas neste texto buscam esclarecem a estratégia de ampliação de abrangência utilizada pelo programa Cultura Viva. Não se pretende descartar esta estratégia enquanto possibilidade, mas

apenas chamar atenção para alguns de seus riscos, colocando em evidência algumas formas de evitá-lo, por exemplo, por meio da qualificação das equipes e de incentivos do governo central - sejam estes incentivos financeiros, ações complementares, como o caso de ações pontuais no próprio Cultura Viva, ou mesmo a ampla divulgação e apoio institucional do programa. É preciso considerar, com base no exposto, que as estratégias de descentralização e ampliação trouxeram consigo uma série de dificuldades, sejam elas a instabilidade de equipes governamentais, o conflito de normas e a duplicidade de convênios, a ambiguidade de se colocar o pontão enquanto mediador dos pontos de cultura, além de todas as questões de ordem política. É preciso dar atenção maior à questão dos convênios, pois há o risco destes beneficiários acabarem sacrificados ao não conseguirem prestar contas corretamente, sofrerem com os atrasos na execução dos convênios entre outras questões, chegando mesmo à pena de reclusão por mau uso do recurso público. Entre esses problemas destacados, vale uma especial atenção aos cuidados com as parcerias firmadas entre os diferentes entes federativos, na medida em que o programa apresenta incompatibilidades de gestão na execução de parcerias entre União, na figura do MinC, estados e municípios. No caso do programa, estas incompatibilidades se dão por outra característica da descentralização, apontada por Abrucio (2005), o fato de que todos os entes detêm capacidade de autogoverno, fazendo com que regras tanto de estados quanto de municípios tenham a mesma validade de regras nacionais - com exceção de

algumas restrições impostas pela CF/88 e subsequentes emendas constitucionais. O que foi pensando enquanto forma de defesa e manutenção do sistema federativo, sobretudo com a criação de mecanismos que garantam a interdependência entre os entes federados, acabou tornando-se um empecilho para a implementação do programa Cultura Viva, dadas as incompatibilidades normativas citadas, no estudo de caso apresentado. Entretanto, não se pode perder de vista que a descentralização do programa marca um avanço em relação aos projetos em vigor, dado que foi possível ampliar o número de pontos de cultura em todo país. Nos casos em que a gestão encontrou menos disparidades jurídicas e erros administrativos, a introdução de um ente federado serviu para dar fôlego à gestão ministerial, posto que estes não eram mais os únicos responsáveis pelos pontos de cultura, contando agora com a ajuda da equipe das secretarias de culturas na implementação e no monitoramento dos pontos. A partir desse cenário, é preciso tratar, por fim, da importância da articulação da rede dos pontos de cultura. Além de potenciais parcerias e facilitação de processos burocráticos, há que se pressionar o poder público para que os problemas sejam resolvidos e os projetos possam ter continuidade, dado que a articulação da rede acaba sendo negligenciada, em favor da resolução dos problemas expostos, e a finalidade última dos pontos, nesse sentido, acaba prejudicada. Dessa forma, é preciso considerar os problemas aqui apontados, não apenas para caracterizar as estratégias utilizadas pelo programa, mas, sobre-tudo, para buscar formas de melhorar a

	relação entre os envolvidos, sejam eles entes federados ou organizações da sociedade civil, dado seu valor para a implementação de uma política pública cada vez mais democrática e, por que não, mais eficiente.
<b>Palavras-chave</b>	Política pública, cultura, Cultura Viva
<b>Link</b>	<a href="http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/livro_culturaviva_pontos-aqui.pdf/414d12eb-ca4f-4b68-ab01-ea25b876cf60">http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/livro_culturaviva_pontos-aqui.pdf/414d12eb-ca4f-4b68-ab01-ea25b876cf60</a>

<b>Chave</b>	<b>5</b>
<b>Título original</b>	A cultura popular e a integração de diferentes linguagens no Programa Cultura Viva: o estudo de caso do ponto de cultura Seu Estrelo e o fuá do terreiro
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Anny Karine de Medeiros e Luciana Piazzon Barbosa
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Estudos em Administração Pública e Governo CEAPG-FGV
<b>Local de publicação</b>	IPEA
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	A publicação Cultura viva: as práticas de pontos e pontões reúne o material produzido no âmbito da segunda avaliação coordenada pelo Ipea do Programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva, de responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC). O principal objetivo deste trabalho foi o de produzir uma reflexão crítica e avaliativa a respeito do que foi realizado pelo programa ao longo de seus quase sete anos de existência. A abordagem adotada foi a de analisar as práticas culturais e institucionais das organizações e das associações que fazem ou fizeram

	parte do programa Cultura Viva - e não focar nos processos de gestão do MinC -, deixando vir à tona a visão de pontos e pontões de cultura.
<b>Palavras-chave</b>	Política pública, cultura, Cultura Viva
<b>Link</b>	<a href="http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/livro_culturaviva_pontos-aqui.pdf/414d12eb-ca4f-4b68-ab01-ea25b876cf60">http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/livro_culturaviva_pontos-aqui.pdf/414d12eb-ca4f-4b68-ab01-ea25b876cf60</a>

<b>Chave</b>	<b>6</b>
<b>Título original</b>	Programa Cultura Viva como Política Pública: Análise de Políticas Públicas pela Perspectiva Institucional das Organizações
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Anny Karine de Medeiros, Mário Aquino Alves, Marta Ferreira Santos Farah
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Estudos em Administração Pública e Governo CEAPG-FGV
<b>Local de publicação</b>	EnAnpad
<b>Ano de publicação</b>	2013
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O presente artigo tem como objetivo analisar as transformações ocorridas no campo organizacional da cultura no estado de São Paulo a partir da implementação do programa federal Arte Cultura e Cidadania - Cultura Viva, e para tanto se baseia em uma abordagem exploratória de caráter descritivo, utilizando, dentre outros, dados obtidos pela Lei de Acesso à informação; survey com os pontos e pontões de cultura do Estado de São Paulo; e entrevistas semiestruturadas. Conclui-se que esta política cultural modifica as organizações, que passam a fazer parte do campo organizacional da cultura.

<b>Palavras-chave</b>	Política cultural, campo organizacional, cultura viva
<b>Link</b>	<a href="http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB2_052.pdf">http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB2_052.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>7</b>
<b>Título original</b>	Corrupção na sociedade civil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	Hoje em Dia
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Ensaio (texto para imprensa)
<b>Resumo</b>	As ONGs brasileiras, como o próprio país, são díspares e diversificadas. Ledo engano pensar que o Estado e as empresas podem realizar com mais vigor o que as organizações da sociedade civil realmente cívicas vêm fazendo pelo interesse público.
<b>Palavras-chave</b>	Estado-OSC, corrupção
<b>Link</b>	n/d

<b>Chave</b>	<b>8</b>
<b>Título original</b>	Terceiro Setor e sua regulação
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	Hoje em dia
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Ensaio (texto para imprensa)
<b>Resumo</b>	A legislação, que todos esperamos para o Terceiro Setor brasileiro, só se materializará quando técnicos do campo jurídico estabelecerem mais e melhores

	diálogos com ativistas da sociedade civil. Ao que tudo indica, no Encontro do Terceiro Setor teve-se uma prova viva de que esse diálogo é possível. Basta querer. E você, caro leitor, deseja esse diálogo franco e sem corporativismos defensivos no Terceiro Setor brasileiro?
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório, Estado-Sociedade Civil, Terceiro setor
<b>Link</b>	n/d

<b>Chave</b>	<b>51</b>
<b>Título original</b>	Primeira Contribuição da Plataforma das OSCs para o Processo de Regulamentação da Lei n. 13.019/2014
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Associação Brasileira de ONGs - ABONG, Cáritas Brasileira, Confederação Brasileira de Fundações - CEBRAF, Fundação Grupo Esquel Brasil, Grupo de Instituto, Fundações e Empresas - GIFE, Movimentos dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento dos Sem Terra - MST, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFs/Pastorais Sociais, Conselho Latino-Americano de Igrejas - Região Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Federação Nacional das APAES - FENAPAES, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS, Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, Rede Evangélica Nacional de Ação Social - RENAS
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	Plataforma da Sociedade Civil
<b>Ano de</b>	2014

<b>publicação</b>	
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	Este documento, aprovado no III Encontro de Signatários da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil apresenta as primeiras contribuições para o processo de regulamentação da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece normas gerais para as parcerias entre Organizações da Sociedade Civil - OSCs e o Poder Público e define diretrizes para a política de fomento e colaboração.
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório para OSCs, regulamentação, Lei 13.019
<b>Link</b>	<a href="https://observatoriosc.files.wordpress.com/2014/09/pr-oposta_regulamentac3a7c3a3o_lei13019_plataforma_mrosc_final.pdf">https://observatoriosc.files.wordpress.com/2014/09/pr-oposta_regulamentac3a7c3a3o_lei13019_plataforma_mrosc_final.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>52</b>
<b>Título original</b>	PL 7168/2014 Construindo uma sociedade civil autônoma e transparente
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Associação Brasileira de ONGs - ABONG, Cáritas Brasileira, Confederação Brasileira de Fundações - CEBRAF, Fundação Grupo Esquel Brasil, Grupo de Instituto, Fundações e Empresas - GIFE, Movimentos dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento dos Sem Terra - MST, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFs/Pastorais Sociais, Conselho Latino-Americano de Igrejas - Região Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Federação Nacional das APAES - FENAPAES, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS, Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, Rede Evangélica Nacional



	de Ação Social - RENAS
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	Abong
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	A elaboração de um novo conjunto de leis que garanta a autonomia, dê transparência e segurança jurídica às relações entre Organizações da Sociedade Civil e o Poder Público é uma luta de quase trinta anos, levada por várias redes e organizações da sociedade civil brasileira. Esta cartilha visa explicar o que é o PL 7168/2014.
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório para OSCs, plataforma, PL 7168/2014
<b>Link</b>	<a href="http://observatoriosc.files.wordpress.com/2014/05/cartilha_mr.pdf">http://observatoriosc.files.wordpress.com/2014/05/cartilha_mr.pdf</a>

## ÁREAS: ADMINISTRAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA E GOVERNO

<b>Chave</b>	<b>9</b>
<b>Título original</b>	Desafios e Dilemas das Ongs na Cooperação Internacional: Uma Análise da Realidade Brasileira
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Patrícia Maria E. Mendonça, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Flávia de Magalhães Alvim, Edilson Tavares de Araújo
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de</b>	Gestão.org (Revista Eletrônica de Gestão

<b>publicação</b>	Organizacional)
<b>Ano de publicação</b>	2009
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Este artigo discute o histórico de relacionamento de organizações da cooperação internacional e suas parceiras locais brasileiras, levantando algumas hipóteses sobre o deste relacionamento. Observa-se nos últimos anos uma gradual retirada de recursos e apoio das entidades de cooperação internacional no país e uma maior concentração de ações no continente africano e asiático e no leste Europeu. Estas mudanças são frutos de pressões e desafios que se colocam sobre as organizações financiadoras do Norte, e acabam gerando um impacto nas ONGs brasileiras devido ao seu histórico de dependência financeira. Para discutir estas questões este trabalho resgata o histórico de atuação da cooperação internacional no Brasil, suas principais áreas de atuação, e prioridades. Busca traçar o cenários de atuação das organizações internacionais, identificando suas fontes de recursos e legitimidade, e sua inserção num complexo sistema de fluxo de recursos e conhecimentos. Com isso, pretende-se avançar na compreensão dos desafios e dilemas para as ONGs brasileiras.
<b>Palavras-chave</b>	Cooperação internacional, ONGs, dependência financeira
<b>Link</b>	<a href="http://www.spell.org.br/documentos/download/824">www.spell.org.br/documentos/download/824</a>

<b>Chave</b>	<b>10</b>
<b>Título original</b>	Alianças entre governo, mercado e sociedade civil em projetos sociais no Brasil: aprendizagem sobre intersectorialidade a partir dos ciclos de ação e reflexão

<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Laura Marques Martins, Maria Cecília Gomes Pereira, Raphael Resende Esteve
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	Avina
<b>Ano de publicação</b>	2009
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	A presente investigação analisa a construção de Parcerias Tri-Setoriais em três experiências vinculadas à Fundação AVINA no Brasil. As realidades analisadas englobam diferentes agendas e serviços associados às políticas sociais (educação, pobreza, meio ambiente e infância e adolescência), variadas formas de articulação e construção de parcerias, bem como se caracterizam pela participação de variados tipos de organizações do governo e da sociedade civil, além da presença de empresas de vários setores econômicos. Em comum, têm a presença de atores dos três setores. Todas essas características denotam um mosaico interessante da construção de parcerias nas políticas sociais e permitem a compreensão dos desafios, perspectivas, armadilhas e impasses quando atores governamentais, da sociedade civil organizada e do mercado decidem atuar em conjunto.
<b>Palavras-chave</b>	Alianças intersetoriais, parcerias, Estado-Sociedade Civil
<b>Link</b>	<a href="http://www.learningace.com/doc/698895/1db9281aecad64af2ca388e97227c314/brazilrelatorioci04-09">http://www.learningace.com/doc/698895/1db9281aecad64af2ca388e97227c314/brazilrelatorioci04-09</a>

<b>Chave</b>	<b>11</b>
<b>Título original</b>	Parcerias tri-setoriais e esfera pública: implicações,

	impasses e perspectivas acerca da provisão de políticas sociais em três experiências da rede Avina no Brasil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Laura Marques Martins, Maria Cecília Gomes Pereira, Raphael Resende Esteve
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
<b>Ano de publicação</b>	n/d
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	O presente trabalho tem como objetivo analisar as interações colaborativas que se estabelecem entre governos, organizações da sociedade civil (OSCs) e empresas no desenvolvimento de projetos sociais, problematizando seus desdobramentos sobre a esfera pública através da construção de políticas e projetos sociais no cenário brasileiro.
<b>Palavras-chave</b>	Alianças intersetoriais, parcerias, Estado-Sociedade Civil
<b>Link</b>	<a href="http://wagner.nyu.edu/files/leadership/BrazilRelatorioFinal04.09.pdf">http://wagner.nyu.edu/files/leadership/BrazilRelatorioFinal04.09.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>12</b>
<b>Título original</b>	Descentralização e Democratização de Políticas Sociais: Venturas e Desventuras da Sociedade Civil Organizada no Brasil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Graziele Andrade Resende, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social

<b>pesquisa</b>	(NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	EnAnpad
<b>Ano de publicação</b>	2008
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O artigo discute as perspectivas, promessas, dilemas e armadilhas da descentralização da provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo e suas implicações para a articulação do Estado com as organizações da sociedade civil, como alternativa para o avanço da participação popular na gestão de políticas públicas e para a ampliação do impacto de programas e projetos das políticas públicas. Os autores problematizam a presença de organizações da sociedade civil na sociabilidade contemporânea. A partir disso, discute-se os impactos da descentralização e da ampliação das parcerias entre Estado e Sociedade sobre as configurações históricas de interação entre as esferas pública e privada na provisão de políticas públicas brasileiras, marcadas pelo clientelismo, paternalismo, assistencialismo e centralização de poder. Com isso, pretende-se avançar na compreensão tanto das promessas, quanto das desventuras que as parcerias com organizações da sociedade civil e os conselhos municipais encontram no cenário brasileiro com relação à ampliação da descentralização, da participação popular e da efetividade dos programas sociais.
<b>Palavras-chave</b>	Terceiro setor, participação, políticas sociais
<b>Link</b>	<a href="http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A1757.pdf">http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A1757.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>13</b>
<b>Título original</b>	Parcerias Tri-Setoriais em Políticas Sociais: em Busca

	de Modelos Explicativos de sua Complexidade na Esfera Pública
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	EnAnpad
<b>Ano de publicação</b>	2009
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	<p>O artigo discute as implicações de parcerias envolvendo simultaneamente atores governamentais, da sociedade civil e do mercado (Parcerias Tri-Setoriais) na esfera pública, de forma a avançar na compreensão de suas perspectivas e armadilhas para a modernização da gestão de políticas sociais. São analisadas as principais tradições teóricas que discutem as interações entre atores do Estado, da sociedade civil e do mercado em direção à esfera pública. Práticas tradicionais de construção de projetos de intervenção social e também de articulações colaborativas podem perdurar nas Parcerias Tri-Setoriais. Além disso, modelos lineares de explicação e intervenção na dinâmica desse fenômeno se mostram pouco consistentes. As interações entre atores da sociedade civil, do Estado e de mercado são marcadas pela complexidade. Melhorias na provisão de políticas sociais advindas das Parcerias Tri-Setoriais nem sempre se fazem acompanhadas de avanços na construção da democracia e/ou levam a uma esfera pública mais plural, sobretudo em países de desenvolvimento tardio como o Brasil. Isso denota</p>

	a necessidade de se problematizar as Parcerias Tri-Setoriais a partir de suas implicações para a esfera pública e da efetiva práxis de seus atores, a fim de melhor se compreender as promessas e armadilhas que trazem para a agenda de investigação e intervenção em Gestão Social.
<b>Palavras-chave</b>	Alianças intersetoriais, parcerias, Estado-Sociedade Civil
<b>Link</b>	<a href="http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS2212.pdf">http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS2212.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>14</b>
<b>Título original</b>	Parceriais tri-setoriais: para além de simplismos e dualidades sobre as interações entre atores do Estado, sociedade civil e mercado
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	EnAnpad
<b>Ano de publicação</b>	2009
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O artigo discute as implicações de parcerias envolvendo simultaneamente atores governamentais, da sociedade civil e do mercado (Parcerias Tri-Setoriais) de forma a avançar na compreensão das dinâmicas de colaboração e conflito entre os atores sociais. Práticas tradicionais de construção de projetos de intervenção social e também de articulações colaborativas podem perdurar nas Parcerias Tri-Setoriais. Modelos lineares de explicação e intervenção na dinâmica desse fenômeno se mostram pouco consistentes. As interações entre atores da sociedade civil, do Estado

	e de mercado são marcadas pela complexidade e por práxis não linear, na qual se manifestam simultaneamente dinâmicas de conflito e cooperação, engajamento e distanciamento, e resistência e adesão. Melhorias na provisão de políticas sociais advindas das Parcerias Tri-Setoriais nem sempre se fazem acompanhadas de avanços na construção da cidadania no cenário brasileiro. Isso denota a necessidade de se problematizar as Parcerias Tri-Setoriais a partir de narrativas teórico-conceituais que analisem em maior profundidade a efetiva práxis de seus atores, a fim de se compreender seus desdobramentos para a Gestão Social.
<b>Palavras-chave</b>	Alianças intersetoriais, parcerias, Estado-Sociedade Civil
<b>Link</b>	<a href="http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&amp;cod_edicao_subsecao=506&amp;cod_evento_edicao=45&amp;cod_edicao_trabalho=10300">http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&amp;cod_edicao_subsecao=506&amp;cod_evento_edicao=45&amp;cod_edicao_trabalho=10300</a> (acesso restrito)

<b>Chave</b>	<b>15</b>
<b>Título original</b>	Parcerias tri-setoriais: em busca de seus desdobramentos sobre a cidadania na América Latina
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	Congreso anual de investigación sobre el tercer sector en México / Conferencia regional ISTR América Latina y El Caribe
<b>Ano de publicação</b>	n/d
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico



<b>Resumo</b>	O trabalho analisa as Parcerias Tri-setoriais - articulações colaborativas envolvendo governo, organizações da sociedade civil (OSCs) e empresas - na construção de projetos sociais na América Latina. A discussão procura avançar na compreensão dessas interações a partir de diferentes perspectivas teórico-conceituais que discutem as esferas do governo, sociedade civil e mercado nas sociedades contemporâneas. Em realidades como a latinoamericana, marcadas pelo acesso desigual aos direitos e capacidades econômicas e políticas significativamente diferenciadas entre atores sociais, a construção de parcerias tri-setoriais adquire grande complexidade e pode resultar não apenas em novos desafios para a gestão social, bem como em possibilidades e armadilhas na consolidação da cidadania.
<b>Palavras-chave</b>	Parcerias tri-setoriais, gestão social, responsabilidade social empresarial, políticas públicas sociais, esfera pública
<b>Link</b>	<a href="http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/Ponencia_Armino_dos_Santos_de_Sousa_Teodosio.pdf">http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/Ponencia_Armino_dos_Santos_de_Sousa_Teodosio.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>16</b>
<b>Título original</b>	Parcerias tri-setoriais na esfera pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
<b>Instituição</b>	PUC-Minas
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)
<b>Local de publicação</b>	FGV-SP
<b>Ano de</b>	2008

<b>publicação</b>	
<b>Gênero</b>	Tese de doutorado
<b>Resumo</b>	<p>A Tese discute as implicações e desdobramentos da construção de Parcerias Tri-Setoriais na esfera pública, de forma a avançar na compreensão de suas perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão de políticas e projetos sociais e a ampliação da cidadania no cenário brasileiro. São consideradas Parcerias Tri-Setoriais aquelas que envolvem simultaneamente atores governamentais, da sociedade civil e do mercado. Para tanto, são analisadas três experiências de intervenção em projetos sociais apoiadas pela Fundação AVINA no Brasil nas agendas de intervenção de educação, meio ambiente, pobreza e infância e adolescência. A discussão teórica levanta as principais correntes e tradições teóricas que analisam a ação do Estado, das organizações da sociedade civil e das empresas em direção à esfera pública. Em seguida são discutidas e articuladas propostas teóricas de interpretação das interações colaborativas entre atores sociais, de forma construir um quadro analítico capaz de guiar a pesquisa de campo. A investigação se inscreve no âmbito do chamado Estudo de Caso Extendido e recorre à abordagem metodológica qualitativa para coleta, tratamento e análise dos dados. Os resultados indicam que práticas tradicionais de construção de projetos de intervenção social e também de parcerias perduram dentro dos processos de interação das Parcerias Tri-Setoriais, apontando que modelos lineares e gerencialistas de explicação e intervenção na dinâmica desse fenômeno são pouco consistentes</p>

	em termos de capacidade explicativa da realidade. As interações entre atores da sociedade civil, do Estado e de mercado são marcadas pela complexidade e pela construção de uma práxis não linear e marcada simultaneamente pela ocorrência de processos de conflito e cooperação, engajamento e distanciamento, e resistência e adesão. Frente a isso, as melhorias na provisão de políticas e projetos sociais advindas das Parcerias Tri-Setoriais nem sempre se fazem acompanhadas de avanços na construção da cidadania e de uma esfera pública mais plural e democrática no cenário brasileiro. Todo esse quadro informa a necessidade de se problematizar as Parcerias Tri-Setoriais a partir de modelos teóricos que incorporem a discussão da esfera pública e dos encontros e desencontros entre atores nessa dimensão, a fim de se melhor compreender as promessas, desdobramentos e armadilhas que tal perspectiva traz para a gestão social.
<b>Palavras-chave</b>	Parcerias tri-setoriais, gestão social, esfera pública, organizações da sociedade civil, responsabilidade social empresarial, políticas públicas sociais, projetos sociais
<b>Link</b>	<a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2537">http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2537</a>

<b>Chave</b>	<b>28</b>
<b>Título original</b>	Advocacy das Organizações da Sociedade Civil: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Gabriela de Brelàz
<b>Instituição</b>	Unifesp
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Estudos em Administração Pública e Governo CEAPG-FGV

<b>Local de publicação</b>	<a href="http://bibliotecadigital.fgv.br">http://bibliotecadigital.fgv.br</a>
<b>Ano de publicação</b>	2007
<b>Gênero</b>	Dissertação de mestrado
<b>Resumo</b>	<p>As organizações da sociedade civil e suas formas de atuação têm ganhado importância tanto na sociedade como nos estudos acadêmicos. Uma das suas formas de atuação que vem se destacando é o papel de influenciar políticas públicas, também conhecido por advocacy, advocacy em políticas públicas e lobbying, dependendo do contexto e país de análise. O significado de advocacy e como esse fenômeno se manifesta constituem o foco deste estudo exploratório que busca, por meio de revisão da literatura, de entrevistas em profundidade e estudos de casos, comparar a atuação de três organizações da sociedade civil: o Independent Sector nos Estados Unidos, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) no Brasil. Essas organizações se caracterizam por ser associações que representam outras organizações da sociedade civil e fazem advocacy em políticas públicas como parte de sua estratégia. É analisado como ocorre esse advocacy e qual o papel dessa forma de atuação dentro de um contexto de democracia deliberativa que pressupõe a discussão, a deliberação por parte dos cidadãos na esfera pública, de assuntos de seu interesse, como a elaboração, a execução e o monitoramento de políticas públicas.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Advocacy, lobbying, organizações da sociedade civil, terceiro setor, políticas públicas, democracia

	deliberativa
<b>Link</b>	<a href="http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2444">http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2444</a>

<b>Chave</b>	<b>29</b>
<b>Título original</b>	Deliberative Democracy and Advocacy: Lessons from a Comparative Perspective
<b>Título traduzido</b>	Democracia deliberativa e advocacy: lições de uma perspectiva comparativa
<b>Autor(es)</b>	Gabriela de Brelaz e Mario Aquino Alves
<b>Instituição</b>	Unifesp
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Estudos em Administração Pública e Governo CEAPG-FGV
<b>Local de publicação</b>	Canadian Journal of Administrative Sciences
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Este estudo incide sobre os significados de advocacy e lobby, bem como a forma como essas atividades são realizadas no Brasil e nos Estados Unidos. Ao considerar os diferentes contextos e desenvolvimentos históricos, analisamos as atividades de três organizações da sociedade civil (OSCs) para entender como eles funcionam como grupos legítimos cujas atividades de advocacy expandem o conceito de representação democrática. O estudo conclui que o advocacy promove um tipo de democracia deliberativa, o que pressupõe que os cidadãos têm o direito de participar na discussão pública e deliberação. O estudo indica que as diferentes fases dos processos de advocacy e lobby, a influência do quadro regulamentar, as dificuldades para agir em coligação, devido às diferenças ideológicas, e os interesses privados dos membros moldam as principais características das políticas de defesa de direitos das OSCs.
<b>Palavras-chave</b>	Advocacy, lobby, organizações da sociedade civil, democracia deliberativa, participação
<b>Link</b>	<a href="http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cjas.206/a">http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cjas.206/a</a>

[bstract](#)

<b>Chave</b>	<b>30</b>
<b>Título original</b>	Civil society organizations and advocacy: a comparative study between Brazil and the United States
<b>Título traduzido</b>	Organizações da sociedade civil e advocacy: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos
<b>Autor(es)</b>	Gabriela de Brelàz e Mario Aquino Alves
<b>Instituição</b>	Unifesp
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Estudos em Administração Pública e Governo CEAPG-FGV
<b>Local de publicação</b>	Civil Society in Comparative Perspective
<b>Ano de publicação</b>	2009
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	<p>O objetivo deste trabalho é comparar o papel do advocacy de organizações da sociedade civil nos Estados Unidos e no Brasil. Foi realizado um estudo de caso exploratório de três organizações em evidência que se dedicam à defesa de políticas públicas como parte de suas estratégias. Analisamos como eles atuam na defesa de direitos e o papel desempenhado por essa forma de ação dentro de diferentes contextos democráticos que assumem a discussão pública e deliberação, por parte dos cidadãos, sobre assuntos relevantes para eles, como a formulação, execução e acompanhamento das políticas públicas. O estudo conclui que o papel do advocacy política de organizações da sociedade civil fortalece os processos democráticos internos e externos, trazendo para o processo de deliberação organizações da esfera pública que representam diferentes grupos na sociedade. No entanto, esse processo também apresenta alguns riscos e desafios que devem ser levados em consideração.</p>
<b>Palavras-chave</b>	OSC, políticas públicas
<b>Link</b>	<a href="http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/S0195-6310%282009%290000026010">http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/S0195-6310%282009%290000026010</a>

<b>Chave</b>	<b>34</b>
<b>Título original</b>	Avaliação de desempenho no Brasil: Uma análise sobre o controle de resultados em parcerias entre Estado e OSCs
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Luisa Heráclio Panico
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	n/d
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	<p>A recente aprovação do novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (MROSC) tende a expandir a aplicação do controle de resultados, ou avaliação de desempenho, nas parcerias entre Estado e entidades do terceiro setor. No entanto, essa forma de controle ainda é pouco explorada pela literatura brasileira e é criticada por, em alguns casos, enrijecer a atuação dos agentes supervisionados. Este trabalho aborda a temática da avaliação de desempenho em duas frentes. Primeiro, faz análise empírica dessa forma de controle nos contratos de gestão federais – devido à inexistência, até o momento, de parcerias firmadas sob o novo marco regulatório –, tendo como referência pressupostos do New Public Management, movimento teórico que deu origem à avaliação de desempenho. O foco da análise é a forma como os contratos desenham indicadores e metas, sendo feito mapeamento dos tipos de indicadores previstos em cada contrato. A partir dos resultados dessa análise, verifica-se em que medida o controle se aproxima da</p>

	Governança Experimentalista, teoria de gestão que propõe controle baseado na experimentação, em alternativa ao New Public Management. O estudo leva à conclusão de que a maioria dos contratos fixa indicadores e metas de forma objetiva e quantitativamente mensurável, e que a escolha dos tipos de indicadores parece estar ligada às características das atividades desenvolvidas por cada entidade. Ao mesmo tempo, os contratos têm elementos de experimentação, na medida em que indicadores e metas podem ser redefinidos a qualquer tempo e são desenhados colaborativamente. Conclui-se que a combinação de elementos dessas duas teorias parece adequada às parcerias com o terceiro setor e, ao final, sugerem-se alguns caminhos para a elaboração normativa sobre o tema.
<b>Palavras-chave</b>	Controle de resultados, contratos de gestão, marco regulatório, New Public Management, Governança Experimentalista
<b>Link</b>	n/d

<b>Chave</b>	<b>35</b>
<b>Título original</b>	As Organizações Sociais e o seu controle
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Flávio Alcoforado
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	<a href="http://www.portal.rn.gov.br">http://www.portal.rn.gov.br</a>
<b>Ano de publicação</b>	n/d
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Este artigo tem como objetivo expor o modelo das Organizações Sociais <sup>2</sup> no Brasil, especialmente relacionados às áreas de Ciência e Tecnologia, no



	<p>Governo Federal, e nas áreas de Saúde e Cultura, no Estado de São Paulo, dando um enfoque nas principais características de cada um deles e, também, nos mecanismos e instâncias de controle que estão previstas e aplicadas para cada um. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados os relatos das experiências do autor em processos de implantação e gestão de Organizações Sociais, assim como o resultado de pesquisas realizadas nas três áreas em que o modelo OS no Brasil foi implantado com maior representatividade e são utilizadas algumas teorias que embasam as idéias e interpretações do autor. A relevância do trabalho consiste na catalogação de experiências vivenciadas e na observação das mesmas a partir das pesquisas realizadas e de teorias consagradas, de forma a possibilitar aos estudiosos e interessados no assunto o acesso a esse conhecimento.</p>
<b>Palavras-chave</b>	OSC, controle, contratualização
<b>Link</b>	<a href="http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/search_escola/arquivos/pdf/paper-alcoforado-as-organizacoes-sociais-seu-controle-abr08.pdf">http://www.portal.rn.gov.br/content/aplicacao/search_escola/arquivos/pdf/paper-alcoforado-as-organizacoes-sociais-seu-controle-abr08.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>36</b>
<b>Título original</b>	Contratualização e eficiência no setor público: as organizações sociais
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Flávio Alcoforado
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile
<b>Ano de</b>	2005

<b>publicação</b>	
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	<p>Este artigo tem como objetivo expor o modelo das Organizações Sociais<sup>2</sup> no Brasil, especialmente relacionados às áreas de Ciência e Tecnologia, no Governo Federal, e nas áreas de Saúde e Cultura, no Estado de São Paulo, dando um enfoque nas principais características de cada um deles e, também, nos mecanismos e instâncias de controle que estão previstas e aplicadas para cada um. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados os relatos das experiências do autor em processos de implantação e gestão de Organizações Sociais, assim como o resultado de pesquisas realizadas nas três áreas em que o modelo OS no Brasil foi implantado com maior representatividade e são utilizadas algumas teorias que embasam as idéias e interpretações do autor.</p> <p>A relevância do trabalho consiste na catalogação de experiências vivenciadas e na observação das mesmas a partir das pesquisas realizadas e de teorias consagradas, de forma a possibilitar aos estudiosos e interessados no assunto o acesso a esse conhecimento.</p>
<b>Palavras-chave</b>	OSC, controle, contratualização
<b>Link</b>	<a href="http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/OS/alcoforado_OS.pdf">http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/OS/alcoforado_OS.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>37</b>
<b>Título original</b>	As Organizações da Sociedade Civil e as Políticas Públicas Federais (2003-2011)

<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Felix G. Lopez, Leonardo S. Barone
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	Ipea
<b>Ano de publicação</b>	2013
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	<p>Para o debate sobre políticas públicas, parece haver duas questões relevantes: i) se as organizações civis devem ser consideradas indispensáveis à implementação de políticas públicas por parte do Estado brasileiro; e ii) a natureza da atuação cooperada e as particularidades da atuação conjunta do Estado com OSCs. A resposta a estas questões permitirá aos gestores e políticos tomarem decisões mais bem informadas sobre estratégias a adotar em diferentes ações governamentais. Há, contudo, severo obstáculo empírico para o avanço deste debate. A deficiência de informações sistemáticas sobre quem são e onde atuam as OSCs que mantêm algum tipo de cooperação com o governo federal brasileiro. Essa limitação de informações é particularmente relevante quando a legitimidade das OSCs para atuar em políticas do Estado é posta em xeque, o que costuma ocorrer tanto por denúncias eventuais de corrupção quanto por redefinição da balança de poder entre aqueles que defendem fortalecer a burocracia pública no ciclo das políticas e aqueles que sustentam a necessidade de ampliar o espaço de atuação das OSCs naquelas mesmas políticas. Neste artigo, o esforço foi precisamente sistematizar parte dessas informações. O objetivo do</p>

	texto é apresentar estes dados de forma sucinta. Em particular, proveram-se alguns dados gerais sobre evolução das transferências estatais para as organizações e, especificamente, para o nível federal, dados sobre áreas de políticas, formas de cooperação/parceria e tipos de organização civil no espaço de quase uma década (2003-2011).
<b>Palavras-chave</b>	OSC, Política pública, transferência de recursos
<b>Link</b>	<a href="http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/book_bapi%203.pdf">http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/book_bapi%203.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>38</b>
<b>Título original</b>	Convênios e parcerias entre o setor público e o terceiro setor: boas práticas em matéria de regime legal
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Maria Nazaré Lins Barbosa
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	V Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana
<b>Ano de publicação</b>	2000
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O presente trabalho relata a recente experiência brasileira no sentido de propor fórmulas jurídicas que estimulem as parcerias entre o setor público e o terceiro setor. Apresentamos, inicialmente, como o terceiro setor apresentou-se sensível ao aceno com o repasse de verbas sob a forma de convênios, analisando esta questão sob o prisma da teoria institucional. Na sequência, referimos a recente experiência de uma alternativa ao sistema de

	convênios, qual seja: a celebração de contratos de gestão com organizações sociais e a celebração de termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público. Em conclusão, assinalamos como esses modelos se inserem em uma tendência mais geral de revisão do marco legal do terceiro setor.
<b>Palavras-chave</b>	Convênios, relação Estado-OSC, termo de parceria
<b>Link</b>	<a href="http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0038513.pdf">http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0038513.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>39</b>
<b>Título original</b>	Programa de estratégia e plano de ação para a efetividade do desenvolvimento no Brasil - Prodev - Contratos de gestão no governo federal
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Marco Antônio Acco
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	MPOG
<b>Ano de publicação</b>	2009
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	O movimento recente de adoção de instrumentos de contratualização de resultados no Brasil ganhou corpo a partir do debate estabelecido pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) e pelo conjunto de legislações que se seguiram, em especial após à aprovação da Emenda Constitucional nº 19/1998, que inseriu o parágrafo 8º do Art. 37, dispositivo que estabeleceu que a autonomia gerencial orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante o

	estabelecimento de contrato de gestão, instrumento que deverá definir metas de desempenho para o órgão ou entidade. Diante deste contexto de aparente desenvolvimento de experiências nos governos subnacionais brasileiros, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão demandou esta pesquisa com o objetivo geral de buscar diagnosticar a situação atual dos processos de acompanhamento e monitoramento das experiências de contratualização nos governos estaduais, no distrito federal e em municípios de grande porte no Brasil.
<b>Palavras-chave</b>	Monitoramento, Relação Estado-OSC, contratualização
<b>Link</b>	<a href="http://www.gespublica.gov.br/projetos-aco/es/pasta.2009-07-15.5584002076/MPOG%20PRODEV%20Produto%201_Subnacionais5.pdf">http://www.gespublica.gov.br/projetos-aco/es/pasta.2009-07-15.5584002076/MPOG%20PRODEV%20Produto%201_Subnacionais5.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>40</b>
<b>Título original</b>	Reforma do Estado, Organizações Sociais e Accountability: o caso paulista
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Hironobu Sano, Fernando Luiz Abrucio
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	EnAnpad
<b>Ano de publicação</b>	2003
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O movimento recente de adoção de instrumentos de contratualização de resultados no Brasil ganhou corpo a partir do debate estabelecido pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) e pelo conjunto de

	<p>legislações que se seguiram, em especial após à aprovação da Emenda Constitucional nº 19/1998, que inseriu o parágrafo 8º do Art. 37, dispositivo que estabeleceu que a autonomia gerencial orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante o estabelecimento de contrato de gestão, instrumento que deverá definir metas de desempenho para o órgão ou entidade. Diante deste contexto de aparente desenvolvimento de experiências nos governos subnacionais brasileiros, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão demandou esta pesquisa com o objetivo geral de buscar diagnosticar a situação atual dos processos de acompanhamento e monitoramento das experiências de contratualização nos governos estaduais, no distrito federal e em municípios de grande porte no Brasil.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Accountability, OS, Reforma do Estado
<b>Link</b>	<a href="https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao?idProducao=547843&amp;key=17e4d59d3070ed25bef2eda164061dd8">https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao?idProducao=547843&amp;key=17e4d59d3070ed25bef2eda164061dd8</a>

<b>Chave</b>	<b>41</b>
<b>Título original</b>	Mensuração de desempenho no setor público: os termos do debate
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Regina Silvia Pacheco
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	II Congresso Consad de Gestão Pública
<b>Ano de publicação</b>	n/d
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico

<b>Resumo</b>	A mensuração de resultados constitui um dos pilares das reformas em curso em diversos países nas últimas duas ou três décadas, sendo a base para outras inovações como agencificação, contratualização de resultados, remuneração variável por desempenho, parcerias, Estado-rede e outras. As polêmicas em torno da aplicação desta ferramenta de gestão no setor público são intensas - tanto entre adeptos como entre críticos e defensores. Este texto busca sistematizar os termos do debate sobre mensuração de desempenho no setor público, a partir da literatura internacional e das visões presentes no debate brasileiro. O objetivo é contribuir para o avanço do debate.
<b>Palavras-chave</b>	Mensuração de desempenho, gestão pública
<b>Link</b>	<a href="http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/MENSURA%C3%87%C3%83O-DE-DESEMPENHO-NO-SETOR-P%C3%9ABLICO-OS-TERMOS-DO-DEBATE.pdf">http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/MENSURA%C3%87%C3%83O-DE-DESEMPENHO-NO-SETOR-P%C3%9ABLICO-OS-TERMOS-DO-DEBATE.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>43</b>
<b>Título original</b>	The “invasion” of manufactured civil society: Government-nonprofit partnerships in a Brazilian state
<b>Título traduzido</b>	A “invasão” da sociedade civil fabricada: parcerias governamentais sem fins lucrativos em um Estado brasileiro
<b>Autor(es)</b>	Alketa Peci, Juliana Figale e Filipe Sobral
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	Public administration and development
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico



<b>Resumo</b>	<p>O crescimento do setor sem fins lucrativos no Brasil tem sido conceitualmente similar ao modelo Anglo-Saxon de Terceira Via, no qual o governo promove a criação de parcerias com a sociedade civil. Esse processo tem sido criticado por criar uma "sociedade civil fabricada". Este estudo vai investigar se o mesmo padrão pode ser observado no contexto brasileiro, em especial no âmbito da reforma Choque de Gestão implementado por Minas Gerais, um dos principais estados brasileiros. Choque de Gestão é guiado por um discurso de governo no qual promove parcerias tanto com empresas como organizações sem fins lucrativos. Optamos por uma abordagem de pesquisa orientada de baixo para cima, com o objetivo de compreender a razão para iniciar e manter as parcerias reveladas nas narrativas que surgiram do governo e parceiros sem fins lucrativos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, e análise de conteúdo de documentos e meios de comunicação. Os resultados mostram a predominância do tipo agência de parcerias, destacando a centralidade do governo e seu papel tecno-burocrático na promoção e manutenção da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Diferentemente do contexto anglo-saxão, observou-se a "invasão" de valores voltados para o mercado em organizações sem fins lucrativos e, em certa medida, nas narrativas do governo.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Parcerias governamentais sem fins lucrativos, sociedade civil fabricada, gerencialismo, reforma
<b>Link</b>	<a href="http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.603/abstract">http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.603/abstract</a>

<b>Chave</b>	<b>46</b>
--------------	-----------

<b>Título original</b>	Sustentabilidade organizacional em ONGs: os casos do Gapa-BA e do Grupo Brasil a partir das contribuições da teoria da dependência de recursos
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Patrícia Mendonça, Edgilson Tavares de Araújo
<b>Instituição</b>	EACH-USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Gestão Pública e Cidadania
<b>Local de publicação</b>	Revista Gestão e Planejamento
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Neste texto busca-se refletir sobre as formas pelas quais as ONGs estão susceptíveis ao ambiente externo a partir da perspectiva da Teoria da Dependência de Recursos, destacando a necessidade das organizações continuamente se adaptarem as incertezas deste ambiente a fim de lidarem com os desafios de manter e ativamente gerir o fluxo de recursos que necessitam para sobreviver. Realizou-se um estudo de caso comparado em duas ONGs brasileiras, o Grupo de Apoio a Prevenção a Aids da Bahia (GAPA-BA) e o Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial (Grupo Brasil), que possuem históricos de atuação e objetivos diferenciados, mas em comum o fato sofrerem com o nível de centralização das fontes de recursos em organizações da cooperação internacional. As conclusões mostram que as duas ONGs utilizaram estratégias similares para lidar com a dependência conforme são apontadas pela Teoria da Dependência de Recursos, a saber, a diversificação das fontes de recursos e a busca por contra-balançar o poder das fontes da quais

	<p>dependem. O GAPA/BA conseguiu equilibrar de maneira mais favorável a cooperação com suas fontes de recursos e sua autonomia, enquanto o Grupo Brasil acabou aumentando sua dependência. O trabalho traz uma contribuição para o campo de estudos de análise organizacional, a partir da referida teoria. Acredita-se que, para além da utilização de um ferramental analítico específico da teoria das organizações, o estudo também possa trazer contribuições a gestão social e gestão de ONGs no que se refere a mobilização de recursos e sustentabilidade organizacional.</p>
<b>Palavras-chave</b>	ONGs internacionais, ONGs brasileiras, dependência de recursos, sustentabilidade
<b>Link</b>	<a href="http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/1120">http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/1120</a>

<b>Chave</b>	<b>47</b>
<b>Título original</b>	Nationalization of international CSOs in Brazil: the case of the Abring Foundation and Save the Children
<b>Título traduzido</b>	Nacionalização de OSCs internacionais no Brasil: o caso da Fundação Abring e Save the Children
<b>Autor(es)</b>	Rui Mesquita Cordeiro, Patricia Mendonça
<b>Instituição</b>	EACH-USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Gestão Pública e Cidadania
<b>Local de publicação</b>	ISTR
<b>Ano de publicação</b>	2012
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Este trabalho procura entender um aspecto do impacto que as mudanças na área de cooperação internacional está causando nas Organizações da

	<p>Sociedade Civil (OSCs) no Brasil - especialmente as mudanças como o fechamento de escritórios de doadores tradicionais no país e a nacionalização das agências de desenvolvimento privadas europeias no Brasil. Este artigo analisa a experiência de nacionalização da Save the Children no Brasil por meio de uma parceria com a Fundação Abrinq para os Direitos das Crianças. As modificações e novas formas operacionais surgem em um contexto de mudanças no fluxo de recursos internacionais, motivados por novas agendas de cooperação internacional, as crises financeiras e o fortalecimento de países emergentes - BRICS. As análises iniciais do estudo de caso indicam que os efeitos da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda fazem parte do contexto por trás deste movimento. Além disso, este breve estudo de caso revela as várias potencialidades e limitações incorridos nesta relação. Entre eles, as expectativas e as limitações de organizações brasileiras já bem estabelecidas em começar a operar internacionalmente.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Cooperação internacional, desenvolvimento, efetividade de auxílio, novas formas, gestão social, OSCs
<b>Link</b>	<a href="http://www.academia.edu/2576051/Nationalization_of_international_CSOs_in_Brazil_The_case_of_the_Abrinq_Foundation_and_Save_the_Children">http://www.academia.edu/2576051/Nationalization_of_international_CSOs_in_Brazil_The_case_of_the_Abrinq_Foundation_and_Save_the_Children</a>

<b>Chave</b>	<b>48</b>
<b>Título original</b>	Desafios e dilemas das Ongs na Cooperação internacional: uma análise da realidade brasileira
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Patrícia Mendonça, Armindo Teodósio, Flávia de Magalhães Alvim, Edilson Tavares de Araújo

<b>Instituição</b>	EACH-USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Gestão Pública e Cidadania
<b>Local de publicação</b>	Revista Gestão.Org
<b>Ano de publicação</b>	2009
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	<p>Este artigo discute o histórico de relacionamento de organizações da cooperação internacional e suas parceiras locais brasileiras, levantando algumas hipóteses sobre o deste relacionamento. Observa-se nos últimos anos uma gradual retirada de recursos e apoio das entidades de cooperação internacional no país e uma maior concentração de ações no continente africano e asiático e no leste europeu. Estas mudanças são frutos de pressões e desafios que se colocam sobre as organizações financiadoras do Norte, e acabam gerando um impacto nas ONGs brasileiras devido ao seu histórico de dependência financeira. Para discutir estas questões este trabalho resgata o histórico de atuação da cooperação internacional no Brasil, suas principais áreas de atuação e prioridades. Busca traçar os cenários de atuação das organizações internacionais, identificando suas fontes de recursos e legitimidade, e sua inserção num complexo sistema de fluxo de recursos e conhecimentos. Com isso, pretende-se avançar na compreensão dos desafios e dilemas para as ONGs brasileiras.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Cooperação internacional, ONGs, dependência financeira
<b>Link</b>	<a href="http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/view/98">http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/view/98</a>

<b>Chave</b>	<b>53</b>
<b>Título original</b>	Marco Regulatório das OSCs - Proposta: Projeto de Lei sobre a relação de fomento e colaboração
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	n/d
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	Secretaria-Geral da Presidência da República
<b>Ano de publicação</b>	2012
<b>Gênero</b>	Minuta de projeto de lei
<b>Resumo</b>	Dispõe sobre normas gerais para a relação de fomento e colaboração entre a Administração Pública Federal e as entidades privadas sem fins lucrativos, institui o Termo de Fomento e Colaboração, e dá outras providências
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório para OSCs, projeto de lei
<b>Link</b>	<a href="http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/mrosc/historico-1/anexo-3">http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/mrosc/historico-1/anexo-3</a>

<b>Chave</b>	<b>58</b>
<b>Título original</b>	A qualidade da relação Estado-OSC sob a ótica da governança e da delegação: estudo de caso sobre o programa Hora Certa Móvel, da Prefeitura de São Paulo, sob a perspectiva do CIES
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Cássio Aoqui, Martin Jayo, José Carlos Vaz
<b>Instituição</b>	CEATS/USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	MROSC
<b>Local de publicação</b>	Semead
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	A crise fiscal e novas demandas de gestão pública pós-Constituição de 1988 fizeram com que o Estado

	<p>recorresse cada vez mais a organizações da sociedade civil para a implementação de políticas públicas. Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é investigar o ambiente que propicia a existência de arranjos institucionais complexos em parcerias Estado-OSCs sob a ótica das estruturas de governança e dos desafios logísticos. Para isso, analisou-se o programa Hora Certa Móvel, da Prefeitura de São Paulo com a OSC CIES (Centro de Integração de Educação e Saúde). Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, na forma de um estudo de caso realizado entre junho de 2013 e junho de 2014. Em linhas gerais, nota-se que, pelas características intrínsecas à organização analisada, há forte atrativo para parcerização com o agente público na área da saúde: pelo modelo proposto por Goldsmith e Eggers (2006), todos os fatores analisados favorecem o modelo de rede. Levando-se em conta os critérios que podem orientar decisões no campo da delegação de serviços, tem-se forte tendência pró-delegação. Boa parte dos desafios relacionados a arranjos complexos também faz-se presente no Hora Certa Móvel, como entraves burocráticos e falta de comprometimento servidor público.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Arranjos institucionais, relação Estado-OSC, políticas públicas de saúde
<b>Link</b>	<a href="http://semead6.tempsite.ws/17semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=698">http://semead6.tempsite.ws/17semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=698</a>

**ÁREA: DIREITO**

<b>Chave</b>	<b>18</b>
<b>Título original</b>	Creation of a Special Legal Framework for NGOs



<b>Título traduzido</b>	Criação de um marco legal especial para ONGs
<b>Autor(es)</b>	Beatriz Parodi Luna
<b>Instituição</b>	BPO MN Consultora Legales
<b>Núcleo de pesquisa</b>	International Center for Not for Profit Law - ICNL
<b>Local de publicação</b>	The International Journal of Not-for-Profit Law
<b>Ano de publicação</b>	2000
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O presente trabalho se propõe a analisar a conveniência e/ou necessidade de reconhecer as personalidades jurídicas próprias das ONGs ou, em termos gerais, a importância da criação de um quadro jurídico especial para ONGs. As principais áreas temáticas do presente trabalho são os seguintes: Identidade de ONGs dentro do Terceiro Setor. Por que é necessário e/ou conveniente conceder às ONGs sua identidade jurídica adequada ou criar um quadro jurídico especial para ONGs? Papel do Estado na regulamentação das ONGs contra a autorregulação. Aspectos legais a considerar em um quadro jurídico especial para ONGs. Conclusões e recomendações.
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório para OSCs, OSCs, Estado
<b>Link</b>	<a href="http://www.icnl.org/research/journal/vol3iss1/art_7.htm">http://www.icnl.org/research/journal/vol3iss1/art_7.htm</a>

<b>Chave</b>	<b>20</b>
<b>Título original</b>	Em busca da ousadia: comentários sobre o anteprojeto de lei apresentado pelo Grupo de Trabalho “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Denise Dora e Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de</b>	Análise CPJA/Direito GV

<b>publicação</b>	
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O presente estudo tem por objetivo apresentar uma análise técnica dessa iniciativa e, para esse fim, está estruturado em duas partes centrais. Na primeira (seção 2), são feitas algumas considerações sobre a metodologia de trabalho empregada na construção do anteprojeto de lei. Em seguida, na segunda parte (seção 3), o foco volta-se para o mérito da proposta, com vistas a destacar tanto seus aspectos positivos quanto aqueles aparentemente problemáticos. O documento se encerra com uma breve conclusão contendo algumas propostas de encaminhamento, a curto prazo, para o avanço dessa pauta.
<b>Palavras-chave</b>	MROSC, anteprojeto de lei
<b>Link</b>	<a href="http://cpja.fgv.br/sites/cpja.fgv.br/files/marco_regulatorio_das_oscs.pdf">http://cpja.fgv.br/sites/cpja.fgv.br/files/marco_regulatorio_das_oscs.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>21</b>
<b>Título original</b>	Brasil precisa de novos mecanismos públicos e leis para financiar direitos humanos no país
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	openDemocracy
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	A legislação brasileira inibe doações privadas, e é esta legislação - juntamente com as instituições encarregadas de aplicá-la e monitorá-la - que constitui um de nossos maiores problemas. Com

	algumas poucas mudanças importantes, porém, uma revisão da legislação tributária poderia dar início a uma nova cultura de doação filantrópica.
<b>Palavras-chave</b>	Mecanismos públicos, financiamento, direitos humanos
<b>Link</b>	<a href="https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/eduardo-pannunzio/brasil-precisa-de-novos-mecanismos-p%C3%BAblicos-e-leis-para-financiar">https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/eduardo-pannunzio/brasil-precisa-de-novos-mecanismos-p%C3%BAblicos-e-leis-para-financiar</a>

<b>Chave</b>	<b>22</b>
<b>Título original</b>	Estado e ONGs: o problema está na lei?
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	site do CPJA-FGV SP
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Se as parcerias entre Governo e OSCs não andam bem, a culpa não é da lei. O Brasil possui, há 15 anos, um “marco regulatório” para regular essas relações: a Lei das Oscips. A Lei atualizou o leque de organizações de interesse público, incluindo as que trabalham com temáticas mais contemporâneas, como meio ambiente ou direitos humanos. Estimulou boas práticas de gestão. Além disso, criou um novo instrumento —“o termo de parceria”— para as parcerias com o Estado, bem mais adequado do que o tradicional “convênio”. A Lei das Oscips e seu regulamento não são, evidentemente, perfeitos. No entanto, não houve investimento, desde então, para implementar, difundir e, sobretudo, aperfeiçoar o

	modelo. Enquanto isso, o Governo seguiu celebrando o tão criticado convênio às centenas; são raríssimos, ainda hoje, os termos de parceria no âmbito federal.
<b>Palavras-chave</b>	Leis das OSCIPs, contratualização
<b>Link</b>	<a href="http://cpja.fgv.br/sites/cpja.fgv.br/files/estado_e ONGs_o_problema_esta_na_lei.pdf">http://cpja.fgv.br/sites/cpja.fgv.br/files/estado_e ONGs_o_problema_esta_na_lei.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>23</b>
<b>Título original</b>	Por que complicar?
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	Brasil Post
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo para imprensa
<b>Resumo</b>	A agenda de aperfeiçoamento do marco regulatório das organizações da sociedade civil (OSCs) não avança ou se move a passos muito lentos. Esse, ao menos, é o sentimento de parte das organizações e pessoas que acompanham o tema, entre as quais me incluo. A existência de uma sociedade civil forte, plural e autônoma é fundamental para a democracia e o desenvolvimento do país. Não podemos, portanto, resignarmo-nos a esse crescente ceticismo. Pelo contrário: é hora de perguntar o que está errado na estratégia de melhoria do marco regulatório das OSCs e, coletivamente, fazermos as correções de rumo que se mostrarem necessárias.
<b>Palavras-chave</b>	MROSC, reforma legislativa, melhoria dos regulamentos
<b>Link</b>	<a href="http://www.brasilpost.com.br/eduardo-pannunzio/por-que-complicar_b_5104899.html">http://www.brasilpost.com.br/eduardo-pannunzio/por-que-complicar_b_5104899.html</a>

<b>Chave</b>	<b>24</b>
<b>Título original</b>	Autonomia ou anomia da sociedade civil?
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	Brasil Post
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo para imprensa
<b>Resumo</b>	<p>Hoje pretendo levantar um segundo possível equívoco no rumo que o debate tem trilhado no país. A todo tempo as OSCs proclamam e defendem sua autonomia em relação ao Estado - e o fazem com total acerto, pois a Constituição não apenas assegura a plena liberdade de associação, como veda qualquer interferência estatal no funcionamento das organizações. Na prática, contudo, a sociedade civil brasileira não tem estado à altura dessa prerrogativa. Acostumada a ser disciplinada pelo Estado, as OSCs parecem não vislumbrar alternativa outra que não a de demandar que esse mesmo Estado siga ditando as normas a que deverão se submeter. Toda energia é voltada à discussão de leis, decretos, portarias e outros atos estatais; quase nenhuma atenção é dedicada às possibilidades de auto-organização ou autorregulação do setor. Vivemos, pois, um estado de anomia ou, para valer-me de uma imagem mais caricatural, de "masoquismo normativo" na sociedade civil. A origem etimológica da palavra já esclarece: autonomia significa a capacidade de estabelecer as</p>

	<p>próprias normas. Entretanto, são praticamente inexistentes as iniciativas de autorregulação da sociedade civil no Brasil. Não estou, aqui, sugerindo que a regulação estatal possa ser "substituída" pela autorregulação. Além de isso não condizer com o sistema democrático, há domínios, como o tributário, em que o Poder Público possui evidentemente o monopólio da regulação. Mais ainda: tudo leva a crer que grande parte das normas que afeta a constituição e funcionamento das OSCs será inevitavelmente de origem estatal. No entanto, há diversos espaços que, com alguma criatividade e ousadia, podem ser preenchidos mais adequada e eficientemente pela autorregulação.</p>
<b>Palavras-chave</b>	MROSC, autorregulação, certificações
<b>Link</b>	<a href="http://www.brasilpost.com.br/eduardo-pannunzio/autonomia-ou-anomia-da-sociedade-civil_b_5135624.html">http://www.brasilpost.com.br/eduardo-pannunzio/autonomia-ou-anomia-da-sociedade-civil_b_5135624.html</a>

<b>Chave</b>	<b>25</b>
<b>Título original</b>	Dá para confiar na sociedade civil?
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	Brasil Post
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo para imprensa
<b>Resumo</b>	Uma crise de confiança paira sobre o setor não governamental. Nas duas últimas décadas, foram instaladas nada menos do que três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no Congresso

Nacional para apurar denúncias de irregularidades envolvendo OSCs (1993, 2002 e 2008). Em 2011, após mais um escândalo vir a público, a Presidente Dilma Rousseff determinou a suspensão das transferências de recursos a todas as OSCs que mantinham parceria como Governo Federal, colocando-as sob uma nuvem geral de suspeita que contribuiu para reforçar a imagem negativa do setor. A sociedade não sabe o que fazem as OSCs, não sabe como elas são geridas e não consegue distinguir as boas das más organizações. Há, gostemos ou não, um déficit de transparência tanto nas organizações, individualmente consideradas, quanto no setor. Um exemplo ajuda a ilustrar essa constatação: enquanto o Poder Público passou a divulgar, a partir da Lei de Acesso à Informação, os salários de seus servidores, e até mesmo no campo empresarial cogita-se tornar públicas as faixas salariais dos executivos de algumas empresas (as do Novo Mercado), são raros, se é que existem, casos de OSCs que fazem o mesmo em relação a seus dirigentes. Essa é uma informação que as organizações devem não ao Estado, mas à sociedade. Afinal, todas desfrutam, em maior ou menor medida, de benefícios fiscais (a começar pela isenção do imposto de renda), e é legítimo que a sociedade, que abre mão de receitas tributárias, saiba como essas organizações são administradas. A criação de um índice de transparência das OSCs, portanto, seria um passo extremamente saudável para começar a criar estímulos e pressões, no interior da própria sociedade civil, para um salto nas práticas de boa governança e, conseqüentemente,

	da imagem pública do setor.
<b>Palavras-chave</b>	MROSC, autorregulação, transparência
<b>Link</b>	<a href="http://www.brasilpost.com.br/eduardo-pannunzio/da-para-confiar-na-sociedade-civil_b_5153273.html">http://www.brasilpost.com.br/eduardo-pannunzio/da-para-confiar-na-sociedade-civil_b_5153273.html</a>

<b>Chave</b>	<b>26</b>
<b>Título original</b>	Aspectos problemáticos do projeto de lei que estabelece normas gerais para as parcerias entre Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	site do CPJA-FGV SP
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Nota técnica
<b>Resumo</b>	Esta nota técnica aponta os principais aspectos problemáticos no projeto de lei (PL) n. 7.168/2014, que estabelece normas gerais para parcerias entre Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Em tramitação avançada na Câmara dos Deputados, o PL já foi aprovado pelo Senado Federal como PLS 649/2011. O texto considerado para fins da presente análise é aquele que foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em 11/12/2013. O PL incorpora diversas das previsões que constavam de anteprojeto de lei elaborado pelo Grupo de Trabalho “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”, instituído junto à Secretaria-Geral da Presidência da República. O Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada



	(CPJA) da Direito GV produziu, em junho de 2013, um estudo detalhado sobre esse anteprojeto, destacando tanto seus aspectos positivos quanto negativos. Esta nota técnica não tem o objetivo de apresentar nova análise exaustiva do tema, mas apenas levantar, a título de colaboração, alguns aspectos que deveriam ser objeto de reflexão antes da aprovação definitiva e conversão do PL em lei.
<b>Palavras-chave</b>	MROSC, projeto de lei (PL) n. 7.168/2014
<b>Link</b>	<a href="http://cpja.fgv.br/sites/cpja.fgv.br/files/nota_tecnica_sobre_pl_-_final_0.pdf">http://cpja.fgv.br/sites/cpja.fgv.br/files/nota_tecnica_sobre_pl_-_final_0.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>27</b>
<b>Título original</b>	Pautas para o aperfeiçoamento do fomento público às OSCs no Brasil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Eduardo Pannunzio
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	Livro: Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil
<b>Ano de publicação</b>	2013
<b>Gênero</b>	Capítulo de livro
<b>Resumo</b>	Em novembro de 2012, a Articulação D3 - Diálogo, Direito e Democracia - e o Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas apresentaram os resultados preliminares de pesquisa sobre a arquitetura institucional de apoio às Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Uma das dimensões da pesquisa refere-se ao apoio público-estatal, e seus achados estão retratados no Relatório Final Eixo Fundos Públicos

	(CEAPG & ARTICULAÇÃO D3, 2013). O presente artigo tem por objetivo apresentar três ponderações suscitadas pela leitura do Relatório Final Eixo Fundos Públicos (CEAPG & ARTICULAÇÃO D3, 2013)., além de apontar um aspecto - o apoio público por meio de incentivos fiscais - que poderia ser melhor aprofundado em eventuais investigações futuras (seção 3). Ele se encerra com uma conclusão na qual é apresentada breve síntese das considerações e sugestões formuladas ao longo do texto (seção 4).
<b>Palavras-chave</b>	Apoio público, incentivos fiscais, OSCs
<b>Link</b>	<a href="http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/arquivos/Pequisa_Apoio_OS/livro_articulacaod3.pdf">http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/arquivos/Pequisa_Apoio_OS/livro_articulacaod3.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>31</b>
<b>Título original</b>	Principais Problemas na Regulação Tributária das Organizações da Sociedade Civil: Incidência sobre a Folha de Pagamento e Certificações
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Leonel Cesarino Pessôa, Valéria Maria Trezza
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	EnAnpad
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O objetivo do presente trabalho é identificar e analisar os principais problemas para o cumprimento das obrigações tributárias - tanto as principais quanto os custos de conformidade à tributação - pelas organizações da sociedade civil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva. Foi feito um estudo de casos múltiplos com 26

	organizações. Os resultados apontam que os problemas atingem especialmente as organizações com receita menor e que não atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social. Os principais problemas identificados são a tributação da folha de pagamento de salários e os relacionados à obtenção e manutenção das certificações.
<b>Palavras-chave</b>	Regulação tributária, OSCs, certificações
<b>Link</b>	<a href="http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1395.pdf">http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1395.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>32</b>
<b>Título original</b>	Main Problems Of The Taxation Of Civil Society Organizations In Brasil: Certification And Impact On The Payroll
<b>Título traduzido</b>	Principais Problemas na Tributação das Organizações da Sociedade Civil: Certificação e Impacto sobre a Folha de Pagamento
<b>Autor(es)</b>	Leonel Cesarino Pessôa, Valéria Maria Trezza
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	ISTR
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Resumo de artigo acadêmico no prelo
<b>Resumo</b>	Nosso objetivo no trabalho é identificar e analisar os principais problemas no sistema tributário brasileiro para o desenvolvimento das atividades das organizações da sociedade civil. Problemas tanto em termos de pagamento de impostos e os custos de cumprimento de tributação serão analisados. Nosso papel difere dos outros textos brasileiros sobre o assunto, devido à sua abordagem metodológica e seu âmbito mais geral. Foi realizada uma pesquisa

qualitativa com natureza descritiva. A identificação e análise dos principais problemas foram feitas a partir de vários estudos de caso (Yin, 2003). Foram selecionados 20 organizações brasileiras e seus líderes ou as pessoas responsáveis pela gestão administrativa e financeira foram entrevistados. Ao definir o universo da pesquisa, o ponto de partida foram os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - publicado no relatório Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010 - FASFIL (IBGE 2012), que foi feita com base no Manual sobre as instituições sem fins lucrativos no sistema de tributação da nação preparado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas. A partir da aplicação dos critérios do Manual, o FASFIL identificou cerca de 290.000 OSCs no Brasil. Nesta pesquisa, foram classificados de acordo com sua distribuição no território brasileiro, sua área de atuação, número de funcionários e seu tempo de atuação. A seleção das 20 organizações da amostra teórica (STERN, 1980) procurou contemplar todas essas diferenças: foram entrevistados, assim, líderes de organizações, nas cinco regiões do Brasil, com números muito diferentes de empregados e receitas, de todas as diferentes áreas de atuação listados na FASFIL. Os resultados indicam que os impostos que mais afetam o desempenho das organizações da sociedade civil estão ligados à folha de pagamento: para além da contribuição patronal para a Previdência Social, há alguns outros impostos sobre os salários. No entanto, verifica-se que as organizações de diferentes áreas são afetadas por esses impostos de forma muito diferente.

<b>Palavras-chave</b>	Regulação tributária, OSCs, certificações
<b>Link</b>	<a href="http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/MunsterAbstracts/Pessoa,_Leonel_CesarinoNEW.pdf">http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/MunsterAbstracts/Pessoa,_Leonel_CesarinoNEW.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>33</b>
<b>Título original</b>	Pensando o Direito e a tributação das organizações da sociedade civil - Relatório final de pesquisa Projeto Pensando o Direito - Chamada nº 130/2012 Condições de Possibilidade para um Simples Social
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Leonel Cesarino Pessôa, Valéria Maria Trezza, Adriano Jaques, Baiana Feijolo
<b>Instituição</b>	FGV-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
<b>Local de publicação</b>	MJ
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	O presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar os principais problemas para o cumprimento das obrigações tributárias - tanto as principais como os custos de conformidade à tributação - pelas organizações da sociedade civil e pensar propostas para desoneração e desburocratização do regime tributário aplicável a elas. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva. Foram combinadas duas estratégias de pesquisa diferentes: o levantamento e o estudo de casos. Foi feito um levantamento das obrigações tributárias e dos custos de conformidade à tributação em que incorrem as organizações da sociedade civil e um estudo de casos múltiplos com 26 organizações. Os resultados apontam que, por razões históricas, as entidades de

	<p>educação, saúde e assistência social gozam de um regime jurídico ao qual outras organizações não têm acesso, não obstante atuem em prol do interesse público. Por outro lado, o fato de as empresas, com finalidade lucrativa, poderem optar pelo Simples e, em algumas situações, se constituir como Microempreendedor Individual - MEI faz com que possam pagar menos tributos que as entidades de interesse público e gozar de redução de obrigações acessórias. Nesse sentido, foram identificados dois problemas centrais: em primeiro lugar, a carga tributária incidente sobre as atividades das organizações que não gozam de imunidade, principalmente a cota patronal do INSS, mas também ISS, ICMS e ITCMD; além disso, os custos de conformidade à tributação, com destaque para o trâmite excessivamente burocrático e lento que elas precisam enfrentar a fim de conseguir obter certificações exigidas no âmbito do processo de reconhecimento do direito à imunidade e à isenção. O trabalho conclui apresentando duas propostas: ampliação do rol de entidades imunes; e criação de um regime simplificado para o pagamento de impostos e contribuições para as entidades que atuem em prol do interesse público; e sugere, além disso, um encaminhamento para um dos problemas identificados: a criação de uma certificação única, que diminua a burocracia imposta às OSCs junto a tantos órgãos certificadores nas três esferas.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Regulação tributária, OSCs, certificações
<b>Link</b>	n/d

<b>Chave</b>	<b>42</b>
--------------	-----------

<b>Título original</b>	Financiamento público de atividades desenvolvidas por entidades do terceiro setor – problemas a serem solucionados e objetivos a serem atingidos
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Natasha Schmitt Caccia Salinas
<b>Instituição</b>	USP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Direito e Pobreza
<b>Local de publicação</b>	Rev. Bras. de Dir. Público – RBDP
<b>Ano de publicação</b>	2012
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Este artigo visa identificar e analisar os problemas ou necessidades sociais que motivaram a edição de diversas normas que disciplinam as transferências voluntárias de recursos públicos para entidades do terceiro setor, bem como pretende reconstituir os objetivos (declarados ou implícitos) que as referidas normas pretendem atingir. A presente análise revelará, entre outros achados, uma tensão entre os problemas que as normas sobre transferências voluntárias pretendem solucionar e os objetivos que estas pretendem realizar, bem como uma tensão entre controle procedimental e controle finalístico do financiamento público de atividades desenvolvidas por entidades do terceiro setor. Espera-se, com esta análise, apresentar subsídios para a realização de estudos avaliativos que se preocupem em analisar o impacto das normas que disciplinam as transferências de recursos públicos para entidades do terceiro setor
<b>Palavras-chave</b>	Problemas, objetivos, normas, transferências voluntárias
<b>Link</b>	<a href="http://www.erudito.fea.usp.br/portalfca/Repositorio/56">http://www.erudito.fea.usp.br/portalfca/Repositorio/56</a>

[71/Documentos/Financiamento\\_Publico\\_de\\_Atividades\\_Desenvolvidas\\_pelo\\_Terceiro\\_Setor\\_Natasha.pdf](#)

<b>Chave</b>	<b>49</b>
<b>Título original</b>	Série Pensando o Direito - Modernização do Sistema de Convênios da Administração Pública com a Sociedade Civil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Luciano Prates Junqueira, Marcelo Figueiredo, Paula Raccanello Storto, Marcia Golfieri, Stella C. Reicher, Konstantin Gerber, José Alberto Tozzi, Aureo Gaspar
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	Fundação São Paulo e Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>Ano de publicação</b>	2011
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	Nos últimos anos verificou-se notável crescimento das organizações da sociedade civil, da estruturação e profissionalização deste segmento, inclusive como consequência da maior participação democrática dos cidadãos no processo de formulação, execução e fiscalização de políticas públicas. Gradativamente, estas organizações passaram a receber volume significativo de recursos públicos para subsidiar sua participação, em especial por meio de Convênios <sup>1</sup> , atraindo atenção do Estado, do Mercado, da opinião pública e dos órgãos de controle. É a partir da análise dessa relação específica havida entre a Administração e as Organizações da Sociedade Civil - mais precisamente estabelecida sob a égide dos Convênios - e de um olhar jurídico e administrativo,



	<p>que foi desenvolvido o Projeto de Pesquisa “Modernização do Sistema de Convênio da Administração Pública com a Sociedade Civil”.</p> <p>O enfoque escolhido permitiu uma abordagem qualitativa e mais aprofundada - considerando os prazos e recursos disponíveis - do sistema de convênios entre União Federal e a Sociedade Civil Organizada, aqui compreendido como o arcabouço normativo que permeia estas cooperações e que se encerra na utilização do software denominado SICONV.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Convênios, OSCs, Administração pública
<b>Link</b>	<a href="http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/03/Volume-41-Relat%C3%B3rio-final.pdf">http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/03/Volume-41-Relat%C3%B3rio-final.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>50</b>
<b>Título original</b>	Estudo Regional sobre Marcos Regulatórios das Organizações da Sociedade Civil na América Latina
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Paula Raccanello Storto
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	Mesa de articulación
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Relatório técnico
<b>Resumo</b>	Este estudo abrangerá a análise comparada da informação compilada pelos Estudos Sub-regionais sobre os marcos jurídicos das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) do Cone Sul, América Andina e América Central, que apresentam a caracterização geral das condições jurídicas, analisando em que

	<p>medida cumprem os parâmetros internacionais sobre ambientes habilitantes; informações sobre os aspectos comuns que sejam transversais às regiões e aqueles aspectos diferenciadores dos países ou regiões; reflexão política sobre os atuais marcos jurídicos que favorecem a conformação de ambientes habilitantes para as OSCs; apreciação de novas propostas que existam na região que favoreçam o funcionamento das OSCs; e apresentação de eixos de ação para uma proposta regional sobre marcos jurídicos que favoreçam ambientes habilitantes para as OSCs, classificando-os entre aqueles de médio e longo prazo, de acordo com a capacidade de incidência das OSCs e o quanto favorecem ou não a vinculação colaborativa entre os Estados Nacionais e as OSCs como agentes de desenvolvimento.</p>
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório para OSCs, América Latina
<b>Link</b>	<a href="http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/10/Informe-Final_-Marcos-Jur%C3%ADdicos_2014.pdf">http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/10/Informe-Final_-Marcos-Jur%C3%ADdicos_2014.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>54</b>
<b>Título original</b>	Marcos jurídicos de las organizaciones de la sociedad civil en los países del Cono Sur y Brasil
<b>Título traduzido</b>	Marcos jurídicos das organizações da sociedade civil nos países do Cone Sul e Brasil
<b>Autor(es)</b>	Felipe Viveros
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	Mesa de articulación
<b>Ano de publicação</b>	2014
<b>Gênero</b>	Relatório técnico

<b>Resumo</b>	O presente estudo foi elaborado principalmente com as informações encontradas nos relatórios nacionais elaborados por consultores especializados nos respectivos países. São eles: Virginia Tedeschi (Red Encuentro ONG) para o quadro jurídico das OSCs na Argentina, Paula Storto (ABONG) para o quadro jurídico para as OSCs no Brasil, Juan Carlos Boggino (POJOAJÚ) para o quadro jurídico para as OSCs no Paraguai, Javier Palummo (ANONG) para o quadro jurídico para as OSCs no Uruguai e abaixo-assinado, Felipe Viveros (ACTION) para o quadro jurídico para as OSCs no Chile. O autor desta sistematização tem procurado não reproduzir mecanicamente tal informação, mas sim revelar, mas sem ser exaustivo, resultando em uma maior relevância para os objetivos do projecto regional neste trabalho final apresentado como síntese comparativa. Além disso, durante a execução do projeto tem procurado estabelecer alguns espaços de diálogo e consulta com os respectivos autores nacionais clarificando, complementando ou aprofundando alguns aspectos de seus textos.
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório para OSCs, Cone Sul
<b>Link</b>	<a href="http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/08/Estudio-Subregional-marco-legal-OSCs-Cono-Sur.pdf">http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/08/Estudio-Subregional-marco-legal-OSCs-Cono-Sur.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>55</b>
<b>Título original</b>	Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Paulo Modesto
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de</b>	Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado

<b>publicação</b>	
<b>Ano de publicação</b>	2006
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	Neste trabalho, procurando utilizar uma linguagem acessível, esboço uma breve avaliação sobre a crise do título de utilidade pública, bem como sobre a concordância dos novos títulos jurídicos (o título de organização social e o título de organização da sociedade civil de interesse público) face aos propósitos que enunciam. Tenta-se sugerir, ainda, soluções técnicas para correção de lacunas e inconsistências percebidas nos dois últimos títulos referidos, com vistas ao seu aperfeiçoamento. Este trabalho, de certo, continua a exploração do tema sobre o marco legal do terceiro setor iniciada em artigo anterior. No entanto, ao contrário do artigo referido, este trabalho propõe uma discussão avaliativa dos resultados alcançados com os textos normativos disponíveis no plano da União e não uma discussão analítica do tema. Mas não se abandona por completo a perspectiva analítica; o texto inicia exatamente com uma análise das vantagens e desvantagens da concessão de títulos jurídicos especiais a entidades do terceiro setor. Trata-se da tarefa que não é isenta de dificuldades, mas que parece urgente empreender.
<b>Palavras-chave</b>	Marco regulatório para OSCs, terceiro setor
<b>Link</b>	<a href="http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-5-MAR%C70-2006-PAULO%20MODESTO.pdf">http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-5-MAR%C70-2006-PAULO%20MODESTO.pdf</a>

<b>Chave</b>	<b>56</b>
<b>Título original</b>	Direito Privado Administrativo - A incidência do direito público sobre as OSC sem fins lucrativos

<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Paula Raccanello Storto
<b>Instituição</b>	PUC-SP
<b>Núcleo de pesquisa</b>	Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor - NEATS
<b>Local de publicação</b>	Atlas
<b>Ano de publicação</b>	2013
<b>Gênero</b>	Capítulo de livro
<b>Resumo</b>	Os textos reunidos neste livro foram preparados por mestrandos e doutorandos do curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, na disciplina ministrada no segundo semestre de 2012, sobre a utilização do direito privado pela Administração Pública. Os temas tratados são da maior atualidade, tendo em vista a tão falada privatização do direito público, traduzida na expressão “fuga para o direito privado”. O título do livro se justifica porque se refere ao direito privado tal como utilizado pela Administração Pública, ou seja, com derrogações pelo direito administrativo.
<b>Palavras-chave</b>	Sociedade civil, direito público
<b>Link</b>	n/d

<b>Chave</b>	<b>57</b>
<b>Título original</b>	Parcerias na área da cultura: o contrato de gestão e a experiência da Secretaria de cultura do Estado de SP
<b>Título traduzido</b>	
<b>Autor(es)</b>	Aline Akemi Freitas
<b>Instituição</b>	PUC-SP/SGPR
<b>Núcleo de pesquisa</b>	MROSC
<b>Local de publicação</b>	BDA (Boletim de Direito Administrativo)
<b>Ano de publicação</b>	2013

<b>publicação</b>	
<b>Gênero</b>	Artigo acadêmico
<b>Resumo</b>	O papel do Estado não é só o de promover, mas também o de estimular o desenvolvimento da sociedade. Como incentivador de elevados valores sociais, o Estado deve favorecer o progresso do homem. A função promotora do Estado surge ante a necessidade de realização do interesse público por outros atores, tendo em vista que ele se mostra incapaz de atender a todas as demandas sociais. Dessa forma, o Estado passa a estimular a ação da sociedade para o desenvolvimento do interesse coletivo e a orientá-la para que haja otimização dos benefícios coletivos.
<b>Palavras-chave</b>	Terceiro setor, Estado, parcerias, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
<b>Link</b>	<a href="http://www.editoraforum.com.br/ef/index.php/conteudo-revista/?conteudo=73169">http://www.editoraforum.com.br/ef/index.php/conteudo-revista/?conteudo=73169</a>

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o Produto 1 desta consultoria, este mapeamento e catalogação é resultado de intensivo esforço de pesquisa secundária, colaboração em rede e expansão progressiva e refinada de informações. O compartilhamento de publicações por parte de mais da metade dos pesquisadores ativos da nascente Rede de Pesquisadores do MROSC mostra a relevância e o potencial de impacto de uma catalogação e da futura criação de um repositório de pesquisa para a agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no longo prazo. Não há dúvidas de que, já nesse grau de apuração das pesquisas, tal publicação

se constitui como ferramenta de pesquisa científica relevante para a expansão dos conhecimentos de qualquer pesquisador ou ator relevante individualmente, sejam os que atuam diretamente no campo da participação social, sejam os mais interessados nas relações entre OSCs e Estado.

Foram contemplados no catálogo geral 300 pesquisadores, de todas as regiões do Brasil, inclusive provenientes de instituições de pesquisa internacionais em 307 publicações de gêneros, métodos, abrangências geográficas, temas e formas de condução do estudo dos mais diversos. Como principais conclusões, nota-se a concentração de pesquisas com abrangência nacional (52%), porém poucas em nível municipal e local e baixo índice de publicações nos eixos temáticos do MROSC (18%), catalogadas nesta publicação, ainda que a coleta tenha sido solicitada nesse sentido.

Desse percentual, 16% têm como temática principal marcos regulatórios em geral, 48% tratam sobretudo de contratualização, em sentido amplo, 16% de sustentabilidade econômica das OSCs e 9% de certificação. Ressalta-se ainda a baixa proporção de pesquisas em rede (28%) e intersetoriais (13%), o que abre espaço para o estímulo e a inovação nesses campos em estudos futuros.

Uma análise aprofundada do MROSC, contudo, mostra apenas 58 artigos mapeados de 84 pesquisadores e organizações nacionais e internacionais, enviados por 16 pesquisadores de 13 núcleos de pesquisa. Como principais conclusões, nota-se uma concentração de pesquisas sobre o MROSC 1) a partir de 2011, com destaque para 2014, com mais de um quarto do total de publicações mapeadas; 2) nos campos da administração/gestão e do direito (73%); 3) com abrangência nacional (77% x 52% do catálogo geral), porém poucas em nível municipal e local.

O baixo índice de produção acadêmica mapeado seguramente deve-se sobretudo ao fato de o MROSC ser um fenômeno relativamente novo, porém identificou-se uma curva ascendente quantitativa de pesquisa em

seus eixos temáticos, com grande potencial de crescimento, notadamente se houver fomentos mais específicos a esse tipo de pesquisa.

Sugere-se como temas de estudos futuros a realização de ferramentas de corpus linguístico para se analisarem os títulos e resumos sistematizados e catalogados por este produto. O uso de ferramentas estatísticas para cruzamentos mais aprofundados entre os diversos constructos analisados também pode trazer interessante contribuição ao conhecimento, assim como seu cruzamento com o Produto 1 desta consultoria, que mapeou 70 grupos de pesquisa e mais de 240 linhas de pesquisa acadêmica.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AOQUI, C.; VAZ, J.C.; JAYO, M. A qualidade da relação Estado-OSC sob a ótica da governança e da delegação: estudo de caso sobre o programa Hora Certa Móvel, da Prefeitura de São Paulo, sob a perspectiva do CIES (Centro de Integração de Educação e Saúde). XVII Semead, São Paulo, 2014.

GOLDSMITH, S.; EGGERS, W. (2006). Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP.

GOMIDE, A.A.; PIRES, R.R.C. Capacidades Estatais para o Desenvolvimento no Século XXI *in* Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – n. 1. Brasília: Ipea, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes\\_Privadas\\_e\\_Associacoes/2010/fasfil.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf). Acesso em 13.jun.2014.

LOPEZ, F.; BARONE, L. As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011). Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2013.



LOTTA, G.S.; FAVARETO, A. O papel dos territórios nos novos arranjos institucionais brasileiros. 2013.

O'TOOLE JR., L. Relações interorganizacionais no processo de implementação. *In* Administração pública – coletânea. GUY, P.B.; JON, P. (orgs.), capítulo 10, São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: ENAP, 2010.

PIRES, R.R.C; AMARAL, L.A.; SANTOS, J.C. Planejamento governamental e participação social: encontros e desencontros na experiência brasileira recente. ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), 2014.

PIRES, R.R.C.; VAZ, A. Participação social como método de governo? Um mapeamento das interfaces socioestatais nos programas federais. IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), 2012.

VAZ, J.C. A delicada disputa pelas cabeças no serviço público brasileiro no Brasil pós-redemocratização. Cadernos ENAP, edição especial, 2006.

VAZ, J.C.; LOTTA, G.S. contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. Revista de Administração Pública, vol.45 n.1, 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000100006). Acesso em 15.jun.2014.

\_\_\_\_\_. Novos Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. 2013.

## **5. ÍNDICE DE IMAGENS E TABELAS**

### **Imagem**

Figura 1: Temas prioritários  
pág. 12

### **Tabela**

Tabela 1: Contexto do fortalecimento das relações Estado-OSC  
pág. 02

## **6. ABREVIACÕES**

Lista de abreviações e siglas usadas no produto.

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
AAPPE	Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CEATS	Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBRAF	Confederação Brasileira de Fundações
CEPAN	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREN	Centro de Recuperação e Educação Nutricional
DIPJ	Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
EaD	Ensino a Distância
EBAPE	Escola Brasileira de Gestão Pública e Empresas

EACH	Escola de Artes, Ciências e Humanidades
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENAPEGS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social
ESFLs	Entidades sem fins lucrativos
FASFIL	Fundações e Associações sem Fins Lucrativos
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FENAPAES	Federação Nacional das APAES
FGV	Fundação Getulio Vargas
FLACSO	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
FOPROF	Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais
GAJOP	Gabinete de Assessoria às Organizações Populares
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ISPIS	Instituto Sincronicidade para Interação Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MJ	Ministério da Justiça
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Sem Terra

NEPATS	Núcleo de Estudos e Pesquisa Avançadas no Terceiro Setor
NCPs	Pontos de Contatos Nacionais
NUFAC	Núcleo Família e Comunidade
OCSs	Organizações da Sociedade Civil
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAIS	Relação Anual de Informações e Salários
RENAS	Rede Evangélica Nacional de Ação Social
RITS	Rede de Informações do Terceiro Setor
RFB	Receita Federal do Brasil
SAL	Secretária de Assuntos Legislativos
SEKN	Social Enterprise Knowledge Network
SIS	Sistema de Informações Sociais
SGPR	Secretaria-Geral da Presidência da República
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
UBA	Universidad de Buenos Aires
UCB	Universidade Católica de Brasília
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri

UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNICAFs	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
USP	Universidade de São Paulo